



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

IMPULSIVIDADE, PERCEÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS, COMPORTAMENTOS ANTISOCIAIS E DELINQUENTES EM ADOLESCENTES: UMA AMOSTRA EM CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho submetido por
Andreia de Oliveira Neves
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

outubro de 2013



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

IMPULSIVIDADE, PERCEÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS, COMPORTAMENTOS ANTSSOCIAIS E DELINQUENTES EM ADOLESCENTES: UMA AMOSTRA EM CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho submetido por
Andreia de Oliveira Neves
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Doutora Cristina Soeiro

outubro de 2013

Pedras no caminho?

Guardo todas, um dia vou construir um castelo...

Fernando Pessoa in *A coragem de Pessoa*

Agradecimentos

Quero, desde já, agradecer a todos que, de forma direta ou indireta que me ajudaram a terminar mais uma etapa...

À Professora Doutora Cristina Soeiro, minha orientadora, que me acompanhou ao longo deste ano de trabalho, sempre se demonstrou disponível para auxiliar, esclarecer e recomendar alterações, e sobretudo, obrigada por aturar os meus momentos de insegurança.

À Doutora Iris Almeida, por toda a disponibilidade para me ouvir, transmitindo-me diversos ensinamentos, mas sobretudo, pela dedicação, pelo tempo despendido e por ser um exemplo de profissionalismo, o meu muito obrigada.

A todos os professores da Licenciatura em Psicologia Criminal e do Mestrado em Psicologia Forense e Criminal, por me terem transmitido diversos conhecimentos, auxiliando-me a adquirir competências profissionais e pessoais.

Aos diretores das escolas, que permitiram a recolha de dados e que sempre se demonstraram disponíveis para que este estudo chegasse a bom porto.

A uma pessoa muito especial (minha avó), que infelizmente não teve a oportunidade de me ver terminar mais uma etapa da minha vida.

Aos meus colegas e amigos, Ricardo Baúto, Mariana Saramago, Ana Abreu, Soraia Cameira, Joana Ferreira e Rita Castela, pelas partilhas, por me ajudarem por vezes a ver mais além, pela camaradagem, competência e pela amizade que demonstraram possuir.

Aos meus pais, pois sem eles esta etapa seria impossível de realizar, obrigada por terem compreendido cada ausência, sabendo certamente que o meu desejo de estar com eles, por vezes não podia ser cumprido, por aturarem, por vezes, a minha má disposição, por terem orgulho em mim, por confiarem... E acima de tudo por me darem força para continuar este percurso... Ao meu irmão, pois sem as suas críticas eu jamais poderia tentar mudar ou fortalecer-me a cada passo...

Ao Ricardo, por ter sido a pessoa mais compreensiva no que diz às minhas ausências e às minhas inseguranças, mas acima de tudo por ter estado presente a cada momento que precisei, obrigado por seres o meu porto de abrigo nos momentos de fragilidade.

Por fim, aos meus amigos por me fazerem usufruir de pequenos momentos de cumplicidade, amizade e companheirismo.

A todos, o meu muito obrigada!

Resumo

O presente estudo, tem como objetivo analisar a relação entre as características individuais (e.g. impulsividade) e características familiares (e.g. práticas educativas parentais e estrutura do agregado familiar) em relação à perpetração de comportamentos antissociais e delinquentes.

Para a concretização destes objetivos foram utilizados três instrumentos:

Questionário de estilos educativos parentais – QEEP (Ducharne, Cruz, Marinho & Grande, 2006), a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas – CAD (Formiga, 2003) adaptado por Sousa e Soeiro 2009 e Escala de Impulsividade de Barrat – Bis-11C (Cosi, Canals & Vigil-Colet, (2008, traduzida por Neves e Soeiro, 2013). Os instrumentos foram aplicados, em contexto escolar, na região de Lisboa. A amostra recolhida é composta por (n=178) indivíduos, dos quais 48,9% são elementos do sexo masculino (n=87) e 51,1% são do sexo feminino (n=91), com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos.

Os resultados obtidos indicam que em relação ao género, existem diferenças significativas apenas no comportamento antissocial e delinquente. Quanto aos comportamentos antissociais e delinquentes relativamente aos tipos de impulsividade, verificou-se uma correlação positiva entre a impulsividade motora e ambos os comportamentos. No que concerne à impulsividade não planeada, constatamos uma correlação negativa com os comportamentos antissociais e delinquentes. Já no que diz respeito à associação entre os comportamentos antissociais e delinquentes e as perceção das práticas educativas parentais, apenas se verificou uma correlação negativa em relação à variável supervisão parental, isto é, quanto maior for a supervisão parental, menor será a perpetração de comportamento antissocial e comportamento delinquente.

Palavras-Chave: Comportamentos Antissociais, Comportamentos Delinquentes, Diferenças de Género, Impulsividade, Perceção de Práticas Educativas Parentais.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between individual characteristics (e.g. impulsivity) and family characteristics (e.g. parenting practices and household structure) in relation to perpetration of delinquent and antisocial behaviors.

To achieve these goals we used three instruments: Questionnaire parental educational styles - QEEP (Ducharne, Cruz, Marinho & Grande, 2006), the Scale of antisocial and criminal behaviors - CAD (Formiga, 2003) adapted by Sousa and Soeiro 2009 and Barratt Impulsiveness Scale - BIS - 11C (Cosi, Canals & Vigil-Colet, 2008, translated by Soeiro and Neves, 2013). Instruments were applied in the school context, in the Lisbon region. The collected sample is composed of (n = 178) individuals, of whom 48.9 % are male elements (n = 87) and 51.1 % were female (n = 91), aged between 13 and 17 years.

The results indicate that, in relation to gender, there were significant differences only in antisocial and delinquent behavior. As for antisocial and delinquent behaviors in relation to the types of impulsivity, there was a positive relationship between impulsivity and motor both behaviors. Regarding the unplanned impulsivity, we found a negative correlation with antisocial and delinquent behaviors.

In what concerns the association between antisocial behavior and perception of crime and parental practices, but there was a negative correlation with respect to the variable parental supervision, that is, the higher the supervision parental, the smaller the behavior of perpetration antisocial and delinquent behavior.

Keywords: antisocial behaviors, behaviors Offenders, Gender Differences, Impulsivity, Perceived Parental Educational Practices

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract.....	5
Índice de Tabelas	8
Introdução	10
Adolescência, comportamento antissocial e comportamento delinquente	11
Aspectos associados à adolescência	11
Fatores Explicativos Dos Comportamentos Antissociais e Delinquentes.....	12
Adolescência e Comportamento antissocial	13
Adolescência e Comportamento delinquente	15
Teorias da delinquência.....	19
Impulsividade	22
Tipos de Impulsividade.....	23
Impulsividade, Comportamentos Antissociais e Delinquentes, Que Relação?	27
Práticas Educativas Parentais	28
Estilos Educativos Parentais Como Efeito Indireto	32
Práticas Educativas Parentais, Comportamentos Antissociais e Delinquentes, Que Relação?.....	33
Objetivo	35
Hipóteses	35
Método.....	36
Participantes.....	36
Instrumentos.....	37
<i>Escala de condutas antissociais e delitivas (CAD)</i>	37
Questionário De Estilos Educativos Parentais (QEEP).....	38
<i>Escala de impulsividade de Barrat (Bis-II-C)</i>	39
Procedimento	41

Resultados.....	42
Discussão dos Resultados.....	47
Conclusão	51
Referências	54
Anexo A – Tabelas	63
Anexo B – Protocolo de investigação.....	65
Anexo C – Solicitação de instrumento aos autores originais	75

Índice de Tabelas

Tabela 1. Variância explicada dos três fatores da impulsividade.....	40
Tabela 2. Matriz Rodada.....	40
Tabela 3. Tabela de frequências tipos de comportamento	43
Tabela 4. Teste T, diferenças de género relativamente aos tipos de comportamentos.....	43
Tabela 5. Correlação de Pearson, número de ocorrências na sala de aula Relativamente aos tipos de comportamento.....	43
Tabela 6. Correlação de Pearson, número de ocorrências na sala de aula relativamente aos tipos de comportamento.....	44
Tabela 7. Correlação de Pearson, número de expulsões na sala de aula Relativamente aos tipos de comportamento	44
Tabela 8. Análise de variância (Anova) dos tipos de agregado familiar em relação aos tipos de comportamentos.....	62
Tabela 9. Teste T para avaliação das diferenças entre a faixa etária e o tipo de comportamentos	62
Tabela 10. Teste T para avaliação das diferenças de género em relação aos tipos de comportamentos	63
Tabela 11. Teste T para avaliação das diferenças de géneros em relação à perceção da prática educativa parental - responsividade parental	63
Tabela 12. Teste T para avaliação das diferenças de géneros em relação à perceção da prática educativa parental - supervisão parental	63
Tabela 13. Correlação de Pearson, tipos de comportamentos relativamente aos tipos de impulsividade	46
Tabela 14. Correlação de Pearson, tipos de comportamentos relativamente à perceção das práticas educativas parentais	47

Lista de Abreviaturas

SNC – Sistema Nervoso Central
SNA – Sistema Nervoso Autónomo
CA – Condutas/Comportamentos Antissociais
CD – Condutas/Comportamentos Delinquentes
CAD – Escala de Condutas Antissociais e Delinquentes
IM – Impulsividade Motora
INP – Impulsividade Não Planeada
IC – Impulsividade Cognitiva
BIS -11C – Escala de impulsividade de Barratt
PPEP – Perceção das práticas educativas parentais
RP – Responsividade Parental
SP – Supervisão Parental

Introdução

A problemática do comportamento antissocial, bem como, a delinquência juvenil são dois fenómenos que se encontram em constante desenvolvimento e progressão, sendo que estes são alarmantes durante a adolescência. Desta forma, vê-se como pertinente estudar a influência dos fatores explicativos do comportamento antissocial e delinquente, nomeadamente, as características familiares (estrutura do agregado familiar e influência das práticas educativas parentais) e como características individuais (diferenças de género e a impulsividade).

O papel da família é particularmente importante no desenvolvimento global da criança, destacando-se como agente principal no desenvolvimento social. Como tal, torna-se indiscutível a sua influência no desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquentes nos adolescentes. Neste sentido, Hirschi (1969), ressalta a importância do estilo parental na prevenção da delinquência, enquanto Loeber (1990), sublinha a pertinência da autoridade parental para um desenvolvimento pessoal e social “normal” na criança. Patterson (1982) pesquisou sobre agressão e práticas parentais ao longo de vários anos e pôde concluir que as práticas educativas parentais e a disciplina inconsistente, o pouco envolvimento dos pais e falta de supervisão, conduzem ao desenvolvimento da agressividade.

Ainda de acordo com Patterson (1982), a supervisão é uma componente essencial para a regulação comportamental efetiva, especialmente no final da infância e início da adolescência. No entanto, não é tarefa fácil principalmente na adolescência quando a convivência com os pares torna-se mais relevante.

Considerando as características individuais, segundo Farrington (2002), a impulsividade é a dimensão mais importante na predição no comportamento criminal, especialmente delinquência grave (White et al., 1994).

No que concerne às diferenças de género, é mencionado por diversos autores, a existência de diferenças entre rapazes e raparigas no que concerne aos comportamentos antissociais e delinquentes, sendo que a maioria dos jovens que apresentam comportamento antissocial e delinquente são do sexo masculino (Moffitt, Rutter & Silva, 2001). Já no que diz respeito às diferenças de género nas práticas educativas parentais, é referido por Ducharme, Cruz, Marinho, & Grande (2006), que as raparigas percecionam os pais como mais responsivos do que os rapazes. Para Costa (2000) as

raparigas tendem a apresentarem valores mais elevados na supervisão parental do que os rapazes. Ou seja, é de esperar que as raparigas apresentem valores médios mais elevados em ambos os tipos de práticas educativas parentais. No entanto, também existe autores que defendem que a educação parental não depende das questões de género, mas sim, das mudanças sociais e do meio em que os progenitores se encontram inseridos (Best & Williams, 1997). Já quanto às questões de género na vertente impulsividade, segundo Chapple & John, (2007) os rapazes possuem maiores valores na vertente da impulsividade motora do que as raparigas.

Assim, a presente investigação centrar-se-á, na concretização dos seguintes objetivos: observar se existem diferenças de género, relativamente às três variáveis em estudo, mais especificamente, comportamentos antissociais e delinquentes, perceção de práticas educativas parentais e tipos de impulsividade. Um outro objetivo é observar se existe relação entre os tipos de impulsividade e o comportamento antissocial e delincente, já que para Farrington (2002), a impulsividade é a dimensão mais importante que pode influenciar ou ajudar na associação no comportamento criminal.

Como último objetivo, pretende-se averiguar a relação entre os comportamentos antissociais e delinquentes e as características familiares: perceção das práticas educativas parentais e estrutura do agregado familiar, já que é mencionado por diversos autores que a falta de disciplina ou fraca por parte dos pais são um fator preditivo da delinquência (Farrington, 2000). Sendo que também é referido que no caso das famílias monoparentais, verifica-se a existência de uma relação entre um baixo nível de supervisão parental e a uma maior predisposição para o comportamento delincente (Gottfredson & Hirschi, 1990; Farrington, 2002; LeBlanc & Janosz, 2002).

Adolescência, comportamento antissocial e comportamento delincente

Aspetos associados à adolescência

A adolescência é uma fase conturbada na vida do adolescente, marcada por diversas alterações, nomeadamente, alterações físicas, afetivas, sociais, familiares e psicológicas. (Born, 2005). Todas essas alterações poderão despoletar em si tendências agressivas, de conflito, nomeadamente, comportamentos de oposição face às figuras de autoridade, sendo que estas podem englobar condutas antissociais (Martinho, 2010).

O adolescente enquanto ser social passa por diversas fases desenvolvimentais, durante a infância, ou seja, numa primeira fase de socialização (socialização primária), a criança dirige os comportamentos de vinculação aos progenitores, especialmente à

figura materna, com o objetivo por um lado de manter uma relação proximal, por outro, procurando uma vinculação segura (Bowlby, 1969, citado por Carvalho, 2007).

Já durante a adolescência (socialização secundária), os comportamentos de vinculação vão-se modificando conforme os estádios desenvolvimentais, e a partir do fim da infância direcionam-nos para outras figuras, como por exemplo, os pares (Sroufe, Egeland, Carlson & Collins, 2005). Como tal é de esperar que a partir da adolescência a manutenção dos comportamentos de vinculação sejam na sua maioria dirigidos aos grupos de pares. No entanto, não significa que vinculação aos progenitores deixe de ser importante na vida do adolescente/adulto, as transições assim o exigem, os adolescentes passam menos tempo com os pais e simultaneamente pretendem adquirir a sua independência (Larson & Richards, 1994).

A família e o grupo de pares são imprescindíveis no desenvolvimento da identidade e da personalidade do adolescente, sendo que as lacunas no processo de socialização poderão ditar grande parte do seu comportamento antissocial (Born, 2005; Martinho, 2010). No entanto, como não são os únicos fatores explicativos existentes e que podem influenciar a presença de comportamentos antissociais e/ou delinquentes, é necessário observar a importância dos diversos fatores explicativos inerentes.

Fatores Explicativos Dos Comportamentos Antissociais e Delinquentes.

Existem diversos fatores explicativos que podem fazer com que os adolescentes tenham comportamentos antissociais, podendo se dividir em três tipos de fatores: fatores individuais, familiares ou escolares/sociais. (Buela-Casal & Kazdin, 2001; Carroll, Houghton, Durkin, & Hattie, 2009).

Os fatores explicativos individuais, como o próprio nome indica são os fatores do próprio que podem originar o comportamento antissocial, sendo que estes se dividem em três tipos: fatores psicossociais (baixa autoestima, baixa motivação, pobre desenvolvimento cognitivo, baixa inteligência, baixas competências sociais, psicopatologia, pouco vínculo à família e comportamento antissocial precoce); fatores comportamentais (baixa inibição comportamental, impulsividade, hiperatividade, comportamentos ofensivos, baixo rendimento escolar, absentismo escolar precoce; uso e/ou abuso de substâncias, isolamento social, expulsões e suspensões escolares, baixas aspirações académicas) e fatores físicos (ser do sexo masculino, baixo nível de

excitação do SNC ou SNA, falta de saúde, baixo peso à nascença) (Buela-Casal & Kazdin, 2001; Farrington 2002; Carroll et al., 2009).

Os fatores explicativos familiares, dizem respeito às relações que os adolescentes mantêm com a família, incluindo a forma como esta se organiza face às diversas problemáticas familiares. Estes fatores podem-se dividir em três dimensões; funcionamento familiar (pobres práticas educativas parentais, sobretudo no que concerne à supervisão, conflitos interparentais, abuso infantil, maus-tratos ou violência família, exposição a modelos desviantes, desorganização familiar e psicopatologia dos progenitores); estrutura do agregado familiar (isto é, se a família é reconstituída ou fragmentada, separação familiar ou grande número de elementos familiares); estatuto socioeconómico (baixo rendimento dos progenitores; baixa escolaridade dos progenitores, desemprego dos progenitores) (Gottfredson & Hirschi, 1990; Farrington, 2002; Born 2005 Carroll et al., 2009).

Por fim, os fatores explicativos escolares que se encontram relacionados com o meio envolvente. Estes fatores subdividem-se em três: organização escolar (disciplina repressiva; políticas e práticas escolares rígidas, turmas com elevado número de alunos, falta de incentivo contra o abandono escolar, escolas grandes e subestruturas); clima escolar (relações negativas com os professores, pouco suporte da cultura escolar, falta de participação dos alunos, ausência de conselheiros escolares, profissionais com poucas competências, relações negativas entre o meio escolar e a família); Currículo (avaliações rígidas, nenhuma participação do adolescente na tomada de decisão, ensino e aprendizagem passiva, conteúdo académico pouco estimulante) (Benavente 2002; Born, 2005; Carroll et al., 2009; Martinho 2010).

Adolescência e Comportamento antissocial

O comportamento antissocial tende a ser definido e medido de diferentes formas por criminologistas, psicólogos, sociólogos e psiquiatras. Cada disciplina tende a concentrar-se em populações específicas e em diferentes pontos de vista, conforme o percurso de vida dos sujeitos (Moffitt, Caspi, Rutter & Silva, 2001).

O conceito de comportamento antissocial é utilizado de forma muito abrangente, remetendo-nos para uma vertente multidimensional, multideterminada e com diversas manifestações. No DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002), encontramos dois tipos de perturbações: perturbação de comportamento com início na infância e

perturbação de comportamento com início na adolescência, sendo que a perturbação de comportamento com início na infância apresenta um pior prognóstico do que a perturbação de comportamento com início da adolescência, uma vez que a perturbação com início na infância tende a ser mais persistente e apresenta uma maior probabilidade de se vir a desenvolver uma perturbação antissocial da personalidade (Farrington 2002; Simões, 2007). Neste manual, a perturbação antissocial da personalidade é um diagnóstico que apresenta uma vastidão de comportamentos, uma vez que engloba comportamentos desviantes, comportamentos agressivos e comportamentos criminais. Os comportamentos antissociais podem ser agressivos ou não agressivos, estes apresentam características diferenciadoras, conforme o percurso de desenvolvimento e o prognóstico, como por exemplo, os comportamentos antissociais de início precoce e os de início tardio (Moffitt & Caspi, 2002; Lahey & Waldman, 2003). Existe consenso entre vários autores, relativamente ao facto das transgressões de início precoce, normalmente, apresentarem um quadro mais grave e persistente (podendo ser agravado conforme os fatores inerentes a cada família e à progressão dos mesmos) (Lahey & Waldman, 2003).

De acordo com Formiga (2003), as condutas antissociais são aquelas que o jovem efetua sem ter qualquer consciencialização das normas que devem ser respeitadas, ou então, que tendo consciencialização, desvaloriza (e.g. normas de limpeza na rua ou de respeito pelos colegas), ou seja, segundo este autor, são os comportamentos que não causam dano, mas que incomodam, isto é, a quebra das normas socialmente aceites. Por oposição, Loeber (1990) considera que o comportamento antissocial encontra-se associado a atos considerados mais sérios e gravosos, onde se podem incluir, comportamentos tais como: roubos deliberados, vandalismo, agressão física, mentira, absentismo escolar, piromania, mentira e fugas de casa, ou seja, para este autor o comportamento antissocial é sinónimo de comportamento criminal.

Para Waddell, Lipman, e Offord (1999), as crianças e adolescentes com comportamento antissocial apresentam uma variação de comportamento recorrente e contínuo como o bullying, roubo, furto, mentir, fugir.

Algumas das explicações focam-se na estrutura e funcionalidade e estrutura da família, valores humanos e culturais, desenvolvimento moral, hábitos de lazer e estrutura, traços de personalidade (Formiga, Aguiar & Omar, 2007).

O comportamento antissocial muitas vezes desenvolve-se durante a adolescência e pode resultar em problemas, como uso de drogas, gravidez na adolescência, problemas

escolares, violência e outros tipos de comportamento problemático (Hawkins & Herrenkohl, 2003; Ludwig & Pittman, 1999; Schwartz, 1999, citado por Wright et al., 2007).

Este processo de socialização e de comportamento aprendido em criança ou adolescente é altamente influenciado pelo seu grupo de pares (Wright et al., 2007). Se o relacionamento entre colegas for persistentemente negativo, pode levar a um diagnóstico psiquiátrico de perturbação de conduta, um dos mais graves dos problemas emocionais e comportamentais que afetam as crianças e os adolescentes (Robins & Price, 1991).

Assim sendo, é importante que fosse efetuada, a identificação de fatores preditores e de fatores de risco, em casos de jovens que com início precoce dos comportamentos antissociais juvenis, uma vez que assim poderiam fornecer informações que poderiam auxiliar a formar programas de prevenção de forma a interromper a progressão dos problemas da infância e comportamento persistente na adolescência, evitando assim, que o comportamento progredisse para comportamento delinquente (Leech, Day, Richardson & Goldschmidt, 2003).

De acordo com as diversas correntes teóricas, optamos por aceitar que o comportamento delinquente é uma tipologia dentro do comportamento antissocial. Como tal, seguidamente é necessário explicar o que é comportamento delinquente e distingui-lo de comportamento antissocial.

Adolescência e Comportamento delinquente

A delinquência é um conceito mais restrito, no entanto, é mais complexo, podendo variar conforme a sociedade, e em consonância com os seus respetivos valores. O conceito de delinquência juvenil poderá ser encarado de duas formas, no sentido mais lato, é observado como um fenómeno associado ao comportamento anti normativo, ou num sentido mais restrito, em que o comportamento anti normativo, é alvo de uma medida jurídico-penal, focando-se nos atos que podem ser alvo de sanção penal, caso o indivíduo tenha atingido a idade de responsabilização criminal (Gomes, 2005).

Já para Martin (1982, citado por Cruz, 2000) este termo engloba três aspetos: jurídico (sendo que este se foca nas consequências legais), sociológico (em que a delinquência aparece associado ao comportamento desviante) e psicológico (sendo influenciado por características da personalidade).

Assim de acordo com o aspeto jurídico, Ferreira (1997) refere a delinquência juvenil engloba todo o tipo de infrações criminais, que ocorrem durante a infância e a adolescência e que obriga, a uma intervenção legal, ou seja, os comportamentos delinquentes correspondem a uma designação legal, em que jovem tem contacto com o sistema de justiça, violando as leis criminais (Kazdin & Buela-Casal, 2001; Fonseca, 2004).

O conceito de delinquência juvenil é visto como um conceito psicológico que implica uma parte jurídica, já que o comportamento seria criminalmente punível, caso fosse efetuado por um adulto (Negreiros, 2001).

Já de acordo com a vertente criminológica, o conceito de delinquência juvenil é um tema amplo e que pode ser explicado à luz de diversas perspetivas. Em suma, a delinquência juvenil envolve toda uma vasta gama de comportamentos contrários às normas legais e sociais e a sua classificação diverge tendo em conta a cultura, os valores, as leis e as normas de uma dada sociedade (Dias & Andrade, 1997).

De forma a fazer a distinção entre os comportamentos antissociais e os comportamentos delinquentes, importa esclarecer que o comportamento antissocial é mais vasto englobando também, o comportamento delinvente (e.g. roubo) (Loeber, 1990), ou seja, os comportamentos antissociais podem, ou não, acarretar sanções legais (e.g. faltar às aulas é um comportamento não normativo que não implica sanção legal). Em suma, todo o comportamento delinvente se traduz em comportamento antissocial, contudo, mas nem todo o comportamento antissocial é comportamento delinvente. O comum destes dois tipos de condutas (antissociais e delinquentes) é que ambas interferem no bem-estar, nos direitos e deveres das pessoas, no entanto, são diferenciadas pela gravidade das consequências (Formiga, Aguiar & Omar, 2007).

Desta feita, importa ainda salientar que o comportamento antissocial pode ser diagnosticado como uma perturbação antissocial da personalidade. Já o conceito de delinquência juvenil é caracterizado, como um critério dentro da perturbação antissocial da personalidade, mais especificamente, como uma perturbação de comportamento em que se verifica um: padrão persistente de comportamento antissocial, podendo interferir com diversos domínios da vida do indivíduo. Trata-se, assim, de um conjunto de comportamentos antissociais e de oposição (roubos, violência física, crueldade, fugas) caracterizados por conflitos constantes com os outros.

Com o evoluir da sociedade as crianças começaram a merecer um especial foco, criando assim, direitos próprios até no que toca ao comportamento delinquente, adotando leis especiais diferentes dos adultos (Ferreira, 1997).

Assim sendo, nos termos da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro), o fenómeno da delinquência juvenil engloba os atos qualificados pela lei como crime praticados por jovens entre os 12 e os 16 anos, os quais necessitam de ser educados para o Direito, bem como ser inseridos de forma digna e responsável na vida em sociedade. Aos jovens infratores é-lhes aplicada uma das Medidas Tutelares Educativas previstas no art. 4º da Lei Tutelar Educativa tendo em conta o facto praticado.

Para Schulenberg (2006), o delinquente é uma pessoa com registo prévio, caracterizado por atitudes incorretas, inserido muitas vezes em contextos familiares desfavorecidos com pouca supervisão parental. Já os jovens não delinquentes, distinguem-se por não possuírem qualquer tipo de registo prévio, atitudes corretas e forte supervisão parental.

Um estudo elaborado por Hoeve et al., (2007), através de entrevistas e questionários de autorrelato, em jovens holandeses com idade entre os 12 e os 17 anos, verificaram que apenas 40% dos indivíduos revelaram nunca terem cometido um crime.

Moffitt (1993) argumentou que embora a maioria da delinquência seja temporária, quando começam a ter relacionamentos amorosos ou uma vida profissional ativa, acabam por cessar o relacionamento com os pares delinquentes, encerrando também o comportamento delinquente. No entanto, importa referir a existência de uma pequena proporção de jovens continuam a ter comportamentos delinquentes além da adolescência, ou seja, em adultos optam por uma carreira criminal. Por outro lado, um pequeno grupo de delinquentes persistentes, começam a ter problemas desde cedo. Estes apresentam características como problemas neuro-psicológicos, produzindo uma variedade de consequências negativas para seu desenvolvimento cognitivo, motor, personalidade, e desenvolvimento social (Moffitt, 1993).

De acordo com Hirschi (1969), os jovens que estão mais fortemente ligados a grupos como a família, escola e pares são menos propensos a cometerem comportamentos antissociais e delinquentes, uma vez que não apresentam, falta de apego, compromisso, envolvimento, crenças e laços sociais. Portanto, os adolescentes com fortes ligações com a família e/ou os jovens que estão mais envolvidos e

supervisionados pelos pais, ou possuem um maior sentimento de pertença, é menos provável que pertençam a gangues (Wright et al., 2007).

Segundo Arfaniarromo (2001), a marginalidade está ligada à dificuldade em estabelecer uma autoidentidade e baixa autoestima. Essa autoidentidade pode ser criada através do desenvolvimento papéis em gangues. Assim sendo, o gangue torna-se uma "família substituta" (Arfaniarromo, 2001). Desta forma, os adolescentes passam a seguir os ideais do gangue, em vez de seguir as normas da família ou da escola.

Walker-Barnes e Mason (2001) sugeriram que a afiliação a um gangue tem como fatores explicativos, as deficientes relações familiares, baixo controlo social (e.g. falta de supervisão parental). A falta de supervisão por parte dos pais deixa os jovens sem a oportunidade de depender de ligações pró-sociais, em vez disso, eles ficam vulneráveis às influências do seu bairro e de pares desviantes. Sendo que na delinquência, a supervisão apresenta um maior impacto do que no comportamento antissocial (Thornberry, Krohn, Lizotte, Smith & Tobin, 2002). Importa salientar que no comportamento delincente, a associação com pares desviantes aparece como fator de socialização que pode ser determinante para que este se abstenha delinquência, enquanto no comportamento antissocial, verifica-se uma relação mais indireta.

O estudo de Cambridge efetuado por Farrington (2007), oferece diversos fatores explicativos da delinquência, não só a curto como a longo-prazo, nomeadamente: impulsividade, baixa inteligência, fraco desempenho escolar, famílias com comportamentos antissociais, educação deficitária por parte dos progenitores e fracos recursos socioeconómicos.

Os problemas emocionais, abusos sexuais e/ou maus-tratos físicos, impedem o desenvolvimento saudável e desencadeiam sentimentos negativos. As sequelas do abuso incluem medo, depressão, stress e ideação suicida, estes sentimentos adversos que podem promover o comportamento delincente (Benda, 2005).

Existem muitos estudos relacionados com as diferenças de género e a prática de comportamentos antissociais e delinquentes, é sabido que os rapazes se envolvem mais frequentemente e mais intensamente do que as raparigas em diversas formas de comportamento antissocial (Moffitt, Rutter & Silva, 2001). Apesar dos diferentes estudos, definições, estratégias de pesquisa, e focos, consistentemente relatam que os homens apresentam mais comportamento antissocial do que as mulheres (Moffitt et al., 2001). Mais especificamente, os estudos realizados por criminologistas revelam que a criminalidade feminina, bem como delinquência que é auto-relatada, é menos grave,

começa mais tardiamente na adolescência, e é menos persistente do que a criminalidade ou delinquência masculina (Lanctôt & LeBlanc, 2002).

Assim, verifica-se que a delinquência juvenil apresenta três grandes aspetos com pontos de vista diferentes, considerando que essas três se complementam e que podem fazer com que o jovem se abstenha, ou não, do comportamento delinquente. Tem havido muito esforço para tentar explicar o comportamento delinquente, sendo que decorrem diversas investigações nos campos da criminologia, sociologia ou psicologia. Pois as causas atribuídas à delinquência são várias e complexas, como tal, vê-se como pertinente desenvolver teorias da delinquência na presente investigação e que permitam analisar em pormenor este fenómeno.

Teorias da delinquência.

Ao longo dos anos a investigação tem progredido, desenvolvendo diversas teorias cujo o objetivo é tentar explicar o porquê da aquisição de comportamentos delinquentes. Sendo que estas teorias podem ser divididas em três grandes áreas: 1 – teorias biológicas que defendem que tanto os comportamentos antissociais como os comportamentos delinquentes estão associados a processos biológicos; 2 – teorias psicológicas que associam a delinquência com características individuais (e.g. personalidade); 3 – teorias sociológicas que além de associarem as características individuais ao comportamento delinquente, ainda analisam o impacto do meio ambiente no comportamento delinquente (Regoli, Hewitt & Delisi, 2010).

Importa referir que apenas nos centraremos nas teorias da delinquência que se focam na impulsividade, estrutura familiar, práticas educativas parentais que possam de alguma forma serem explicar a importância destas no comportamento delinquente.

Assim sendo, Akers (2009), adapta a teoria da aprendizagem social criada por Bandura, indicando que a motivação para o comportamento antissocial e delinquente postula diversas perspetivas, nomeadamente: a associação diferencial, reforço diferencial, onde o processo de imitação e outras aprendizagens que podem ser influenciadas por quatro variáveis: em primeiro lugar, a sociedade e comunidade (organização social diferencial); em segundo, idade, género, raça e classe social (localização diferencial na estrutura social); em terceiro lugar, a vertente social, mais concretamente a desorganização e o conflito (variáveis estruturais teoricamente

definidas); e em quarto lugar, a família, pares, escola e outros (localização social diferencial nos grupos).

Pesquisas efetuadas por Bendixen, Endresen e Olweus (2006), são incentivo para a teoria da aprendizagem social na demonstração de efeitos moderados a fortes de facilitação, principalmente no caso de comportamento delincente. Uma vez que os gangues são formados, a interação com os pares facilita e estimula o comportamento antissocial e/ou delincente. Ainda assim, as análises indicam que a participação em gangues é menos facilitador do comportamento violento para raparigas do que com rapazes. Como tal diversos estudos têm tentado focar a importância de variáveis como as características individuais dos pais, os conflitos familiares bem como um fraco relacionamento entre pais e filhos, a falta de controlo e de supervisão, o tamanho da família, as dificuldades socioeconómicas, a influência dos irmãos, da área de residência, ou da existência de pessoas com características antissociais em casa (Rutter et al., 1998).

A teoria do controlo social apresenta três características que podem motivar o comportamento antissocial e que podem causar algum tipo de tensão, sendo elas, primeiro a impossibilidade de atingir as metas que sejam positivas, segundo a perda de metas positivas, e em terceiro a apresentação de estímulos nocivos. Como a teoria do controlo social, o modelo de tensão permite a possibilidade de que alguns indivíduos antissociais poderem regressar ao comportamento antissocial, ou no mínimo encerrar o seu envolvimento no comportamento antissocial, se a fonte de tensão for removida ou se este aprender a lidar com ele esta tensão de forma convencional (Agnew & Brezina, 1997).

Assim, apesar dos importantes contributos que estas teorias têm oferecido, muitas questões ficaram por explicar, por exemplo, uma das principais limitações destas teorias é que se centram nos fatores associados a uma maior predisposição para a delinquência (e.g. família, estatuto étnico minoritário, baixo estatuto socioeconómico), no entanto, nenhum destes fatores ou a sua combinação conduzem necessariamente à delinquência.

Além disso, escassas teorias preocupam-se em esclarecer quais os acontecimentos de vida dos jovens que precipitam, de fato, o envolvimento no comportamento criminal.

A teoria mais complexa e que vai de encontro com as variáveis que se pretende estudar no presente estudo, é a teoria da teoria do potencial antissocial cognitivo integrado (ICAP), uma vez que esta inclui características individuais (e.g.

impulsividade, fracas competências escolares) e características familiares (e.g. a supervisão parental inadequada (Farrington, 2002).

A teoria do potencial antissocial cognitivo integrado (ICAP), foi desenvolvida por Farrington e combina diversos fatores a curto-prazo e a longo-prazo, numa só teoria. Farrington (2002), integra ideias de diversas teorias tais como a teoria do controlo, teoria da oportunidade, a teoria da tensão, teoria da rotulação e a teoria do potencial antissocial. Sendo que esta teoria defende que a mudança do potencial antissocial para o comportamento antissocial depende da oportunidade, das vítimas e dos processos cognitivos (e.g. tomada de decisão).

Segundo Farrington (2005), entre os fatores a longo prazo destacam-se a impulsividade, supervisão parental inadequada e fracas competências sociais, fracas competências escolares, bem como a predisposição para comportamento antissocial no futuro. Já no que concerne aos fatores a curto-prazo (e.g. historial criminal, consumo de substâncias) o que pode diminuir ou aumentar a probabilidade do adolescente cometer ofensas.

Deste modo, o conceito de delinquência juvenil vai ganhando novas teorizações e novos objetivos de estudo. Evidencie-se que com o passar dos séculos e sendo um conceito dinâmico que abrange múltiplas dimensões, é natural que este se vá adaptando por si e que assim facilite a compreensão do comportamento delinquente (Carrilho, 2000). Com a evolução do tempo, os teóricos começaram a valorizar além do indivíduo, o seu meio social e todas as relações criadas, quer com a família, quer com o grupo de pares. Assim vão sendo postas de lado as abordagens puramente biológicas em detrimento das abordagens interacionistas (Fonseca, 2010).

Daí a importância da teoria ICAP de Farrington (2002), que inclui diversas teorias e adiciona como variável importante a capacidade cognitiva. Esta teoria destaca a importância de diversos fatores quer a curto como a longo-prazo, contudo, de acordo com o autor, a impulsividade é a dimensão mais importante que pode influenciar ou ajudar na associação no comportamento criminal a longo-prazo. Como tal, vê-se como pertinente explicar a impulsividade enquanto característica individual, sendo que esta pode fazer com que o jovem apresente predisposição para os comportamentos delinquentes.

Impulsividade

A impulsividade é uma construção psicológica importante. Consta-se de uma forma ou de outra, em todos os principais sistemas de personalidade, sobretudo no que concerne ao comportamento psicopatológico. Durante os últimos 50 anos o conceito de psicopatia, tem-se subsumido ainda mais e refere-se atualmente a uma forma de perturbação da personalidade da qual a impulsividade é um sintoma chave (Hart & Dempster, 1997).

Para Murray (1938, citado por Komarovskaya, Loper, & Warren, 2007), a impulsividade é descrita como a tendência para responder de forma rápida e sem reflexão, já para Douglas (1972), impulsividade é entendida como a incapacidade de manter a atenção. De acordo com Eysenck e Eysenck (1977), impulsividade esta relacionada com o assumir riscos e com a falta de planeamento.

Além sua importância na personalidade, a impulsividade também desempenha um papel de destaque na compreensão e diagnóstico de várias formas de psicopatologia, nomeadamente, a perturbações de controlo de impulsos (por exemplo, perturbação intermitente explosivo, cleptomania, piromania), sendo que a impulsividade surge como critérios de diagnóstico de diversas doenças do foro psiquiátrico, nomeadamente, em perturbações da personalidade como a perturbação estado limite (ou seja, impulsividade em pelo menos duas áreas que são potencialmente prejudiciais à própria pessoa) e antissocial (ou seja, impulsividade ou incapacidade de planear com antecedência), perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA) (dar respostas precipitadas, dificuldade esperar a sua vez, e interromper ou se meter-se nas conversas), mania (por exemplo, o envolvimento excessivo em atividade prazerosa que têm um alto potencial para consequências dolorosas), demência (ou seja, perturbação do funcionamento executivo), dependências de substâncias, e parafilias (Whiteside & Lynam, 2001).

Algumas destas características, relacionadas com a preferência por atividades novas e perigosas, com a ausência de responsividade a estímulos emocionais negativos e falta de sensibilidade a pistas de punição, são consistentes com um padrão comportamental designado de diversas formas – temerário, desafiante ou desinibido (Frick, 2004; Frick & Dantagnan, 2005) – e que têm sido associado à manifestação de problemas de comportamento. Diversos estudos longitudinais apoiam a ideia do papel de fatores como a impulsividade no desenvolvimento de problemas de externalização (Lynam & Miller,

2004; Barnown et al., 2005), sendo a baixa inibição comportamental perspetivada como um potencial antecedente nos problemas de comportamento (Kotler & McMahon, 2005).

Atualmente a impulsividade é referida como uma incapacidade de inibição da gratificação e tendência para envolvimento imediato em situações, para responder rapidamente a pistas, de forma a receber potenciais recompensas, sem ter em conta potenciais perdas ou ausência de recompensa (Zuckerman & Kuhlman, 2000).

As crianças que tem problemas cognitivos, especialmente a nível verbal, bem como, com défices de competências motoras são mais propensas a apresentarem impulsividade logo na infância (Chapple, & Johnson, 2007). Os investigadores sugerem que esta pode dever-se a atrasos das competências verbais e motoras, o que faz que consequentemente sejam menos capazes de lidar com a frustração e adiar gratificação.

Impulsividade é frequentemente referenciada nas teorias etiológicas da criminalidade (Hirschi & Gottfredson, 1990; Moffitt, 1993). Impulsividade e o baixo autocontrolo têm-se mostrado como preditores da delinquência, especialmente delinquência grave (White, Moffitt, et al., 1994).

Tipos de Impulsividade

Barratt (1959, 1965), foi o primeiro autor a desenvolver um modelo de impulsividade baseado na personalidade, com o objetivo de distinguir os diversos traços de impulsividade.

Segundo Barratt (1965), a impulsividade é vista como uma construção da personalidade, que é ortogonal à dimensão da personalidade ansiedade, e que pode ser separada em três componentes: a impulsividade motora indica se o indivíduo é ou não capaz de inibir os seus comportamentos e se age de acordo com as circunstâncias momentâneas, a impulsividade cognitiva diz respeito à capacidade de concentração, ou seja, à capacidade de realização de uma determinada tarefa, e a impulsividade não planeada caracteriza-se pela capacidade do sujeito em planear, ou não, as suas ações de forma ponderada (Patton, Stanford, & Barratt, 1995). Assim, esta característica possui ligação teórica com a estrutura da personalidade, como bem, o comportamento agressivo ou violento.

Houve várias tentativas anteriores de trazer clareza, quanto à construção de impulsividade. Por exemplo, Eysenck e outros teóricos têm discutido acerca da influência da impulsividade nas teorias da personalidade, através da análise de três

fatores que atualmente consistem no neuroticismo, extroversão e psicoticismo. Em trabalhos anteriores, Eysenck e Eysenck (1977), tinham incluído a impulsividade, como subescala de segunda ordem do traço de personalidade extroversão. Após a revisão da sua teoria, Eysenck e Eysenck (1977), alterou de três fatores para quatro, sendo eles: impulsividade “estrita”, “correr riscos”, “não-planeamento”, e “vivacidade”. Eles descobriram que as quatro escalas de impulsividade se encontravam correlacionadas com a personalidade, mais precisamente, com a extroversão, neuroticismo, e psicoticismo. O fator “impulsividade estreita” apresentou uma elevada correlação com neuroticismo e psicoticismo, mas não se correlacionou com a extroversão. No entanto, a outras dimensões, “correr riscos”, “não-planeamento”, e “vivacidade”, foram mais fortemente correlacionada com a extroversão.

As escalas de impulsividade Dickman (1990), baseiam-se na concepção de duas dimensões: a impulsividade funcional (e.g. maior parte do tempo eu posso colocar meus pensamentos em palavras muito rapidamente) e impulsividade disfuncional (e.g. frequentemente eu não gasto tempo pensando bastante sobre a situação antes de agir).

De acordo com Cloninger, o modelo de estrutura de personalidade e desenvolvimento fundamentos fisiológicos do comportamento (Cloninger et al., 1991, 1993, citado por Whiteside, & Lynam, 2001).

Cloninger efetuou um estudo longitudinal em famílias e em gémeos, onde identificou quatro tipos de temperamento e inclui como um aspeto da impulsividade, a da busca de sensações. Além disso, a busca de sensações, também inclui: (1) o início da abordagem em resposta da busca de sensações, (2) abordagem com objetivo na recompensa, e (3) a tendência de perder rapidamente a cabeça. Portanto, Cloninger, aparentemente conceptualiza a impulsividade como uma resposta automática a novos estímulos que ocorre a nível do pré-consciente, devido às tendências biológicas (Whiteside, & Lynam, 2001).

White et al., (1994), analisaram longitudinalmente um grupo de adolescentes com onze medidas de impulsividade, concluíram que existem dois tipos de impulsividade, a impulsividade cognitiva que se encontra relacionada com o quociente de inteligência e a impulsividade comportamental, que está mais relacionada com a delinquência grave e persistente, que é a que apresenta maior estabilidade ao longo do tempo.

Estudos recentes indicam que a impulsividade é uma construção multifacetada (Whiteside & Lynam, 2001), sendo que a incapacidade de pensar antes de agir, e busca de sensações demonstram forte relação com comportamento antissocial (Lynam &

Miller, 2004). Uma das concepções de impulsividade mais utilizadas, é precisamente, a tendência de não pensar antes de agir (Whiteside & Lynam, 2001).

Os indivíduos que se encontravam em situação de risco num estudo efetuado Wikström e Loeber (citado por Jones, & Lynam, 2008), foram aqueles que demonstraram níveis mais elevados de problemas de hiperatividade e défice de atenção, delinquência, atitudes antissociais, menores níveis de culpa, baixa supervisão parental e falta de motivação escolar.

Já Zuckerman e Kuhlman (2000) descreveram esta escala de acordo com as escalas: falta de planeamento e a tendência a agir impulsivamente, sem pensar e experiência ou a vontade de assumir riscos, ou seja, busca de sensações. Na mesma linha, Whiteside e Lynam (2001), relatam que existem dois traços de impulsividade mais consistentemente relacionados com ofensor, sendo eles, a busca de sensações e falta de premeditação.

No estudo mais completo até à data, Whiteside e Lynam (2001), analisaram inúmeras medidas, onde tinham como objetivo compreender a impulsividade como característica, sendo que encontraram quatro características distintas que levaram ao comportamento impulsivo: “urgência” (comportamento impulsivo impulsionado por um efeito negativo), “lop” (incapacidade de pensar antes de agir), “falta de perseverança” (incapacidade de concluir tarefas importantes em consequência da falta de interesse) e “a busca de sensações” (o desejo de excitação).

Paralelamente, vários estudos têm mostrado que a impulsividade motora e a impulsividade não planeada está altamente relacionada à impulsividade “estreita” e disfuncional. A impulsividade motora tem frequentemente coeficientes de correlação mais elevados do que a impulsividade não planeada. Por outro lado, a impulsividade cognitiva mostra geralmente relações mais baixas ou não significativas com as escalas de impulsividade que estão mais relacionados com a falta de inibição (Whiteside & Lynam, 2001).

Assim sendo, segundo Chahin, Cosi, Lorenzo-Seva e Vigil-Colet (2010), o modelo de Barratt, a impulsividade motora implica agir sem pensar e está relacionado com o conceito de impulsividade de forma mais estreita (Eysenck & Eysenck, 1977), a qual foi definida como a tendência para agir sem pensar e sem considerar as possíveis consequências do comportamento. Em outros modelos de impulsividade, esta dimensão também tem sido chamada de impulsividade disfuncional, que tem sido descrita como a tendência para tomar decisões irrefletidas e rápido, com consequências negativas para o indivíduo (Chahin et al., 2010). A dimensão de impulsividade motora, então, parece

refletir o aspeto mais patológico da impulsividade, enquanto outras dimensões, como a impulsividade cognitiva estão mais relacionados para decisões rápidas, mas adaptáveis (Chahin et al., 2010).

Num estudo efetuado por Chahin e colaboradores (2010), com recurso à escala de impulsividade de Barratt (BIS 11-C), foram comparadas duas amostras (nacionalidade Espanhola e nacionalidade Colombiana) com crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos. Verificou-se que em ambas as nacionalidades, a impulsividade não planeada foi a que apresentou valores superiores, seguidamente a impulsividade motora e por último a impulsividade cognitiva.

Lynam e Miller (2004), relatam que após analisarem estudos anteriores, não conseguiram diferenciar traços específicos de impulsividade, referindo assim, como uma limitação na sua análise, assim como o facto de considerarem a medida “impulsividade” como uma amálgama de traços impulsivos. Segundo os mesmos, existem problemas ao nível de medições psicométricas da impulsividade, sendo que estas podem comprometer e explicar discrepâncias.

Diversos autores defendem que é possível que a impulsividade seja consequência de socialização de género, isto é, a impulsividade tem significados diferentes para os rapazes e para as raparigas. Os meninos podem ver impulsividade como parte de sua identidade masculina, enquanto as meninas ver impulsividade como um precursor para um potencial vitimização (Chapple & John, 2007). De acordo com Chapple e John (2007), os rapazes possuem maiores valores na vertente da impulsividade motora do que as raparigas.

Todavia, importa ainda referir que para colmatar as falhas acima mencionadas, têm vindo a ser efetuados diversos estudos para desenvolver e aperfeiçoar medidas psicométricas de impulsividade. Uma vez que até há pouco tempo existiam poucas evidências empíricas que suportassem consistentemente a afirmação do papel fundamental desempenhado pela impulsividade, possivelmente devido a uma falta de rigor metodológico que levava à obtenção de resultados contraditórios (Oas, 1985; Fossati, Barrat & Acquarini, 2002; Chahin, Cosi, Lorenzo-Seva & Vigil-Colet, 2010).

A impulsividade de modo geral é descrita sendo uma construção multifacetada (Whiteside & Lynam, 2001), sendo que todos os autores a descrevem de modo geral, como sendo que a incapacidade de pensar antes de agir, sendo que os indivíduos com elevada impulsividade motora apresentam uma maior propensão de passagem ao ato.

Deste modo, vê-se como necessário explicar de que forma a impulsividade se relaciona com o comportamento antissocial e delinquente.

Impulsividade, Comportamentos Antissociais e Delinquentes, Que Relação?

Há décadas que diversos investigadores defendem que a impulsividade é uma característica importante, no que concerne ao comportamento antissocial e psicopático e de maior propensão para a passagem ao ato (Hirschi, 1969; Eysenck, 1977; Barrat & Patton, 1983).

Segundo Moffitt (1993) a impulsividade aumenta o risco de comportamento antissocial persistente a longo prazo, de forma direta, ao interferir na capacidade do adolescente em controlar os seus comportamentos e em pensar nas consequências dos seus atos, quer de forma indireta, pois esses défices no controlo de impulsos podem acarretar insucesso escolar causando também, uma incapacidade em ter sucesso a nível profissional, levando o indivíduo a procurar benefícios a curto prazo, normalmente associados ao envolvimento em atividades antissociais.

As crianças e adolescentes impulsivos, especialmente quando se associam a colegas com problemas semelhantes, poderão estar em risco de rejeição pelos pares e pais, bem como, de problemas comportamentais mais acentuados (Hill, 2002).

Carrol, et al., (2006), verificaram diferenças ao nível de impulsividade em adolescentes, nomeadamente em adolescentes que iniciam o comportamento delinquente precocemente (inferior a doze anos), em adolescentes que possuem comportamento delinquente tardio (superior a treze anos), e em adolescentes sem comportamento delinquente, recorrendo a uma variada seleção de instrumentos que medem a impulsividade.

Apesar das diferenças entre os estudos, existe crescente apoio, para a noção de que os fatores sociais e psicológicos moderam a relação entre impulsividade (e construções afins) e comportamento antissocial (Jones, & Lynam, 2008). Por exemplo, a impulsividade apresenta uma fraca relação quando relacionada com a ofensa parental. Contudo, existe uma forte relação entre a impulsividade e a falta suporte parental (Jones, & Lynam, 2008).

Luengo, Carrigo-de-la-Peña, Otero e Romero (1994), efetuaram um estudo de carácter longitudinal, com o objetivo de analisar a relação entre a impulsividade e o comportamento antissocial numa amostra de adolescentes não-institucionalizados, chegaram à conclusão que a impulsividade estava fortemente correlacionada com os

comportamentos antissociais, e também, com a escalada desses comportamentos no futuro.

Numa investigação posterior, Vincent, Vitacco, Grisso e Corrado (2003) procuraram identificar subgrupos de delinquentes juvenis com base em dimensões comportamentais, afetivas e interpessoais. Os autores concluíram que a impulsividade estava fortemente associada de forma retrospectiva com os comportamentos antissociais graves, mas não de forma prospetiva. Segundo estes autores, apenas a impulsividade e os comportamentos disruptivos (dimensão comportamental) não eram suficientes para identificar corretamente, os transgressores graves, devendo-se usar uma combinação das três dimensões (comportamental, afetiva e interpessoal) para classificar corretamente o subgrupo mais crónico e grave.

Desta forma torna-se bastante revelante, observar de que forma ambas as variáveis (comportamento antissocial, comportamento delincente e impulsividade) se correlacionam, e, mais que isso, compreender quais os tipos de impulsividade que se encontram mais associados ao comportamento antissocial e ao comportamento delincente.

Desta feita, importa salientar que não encontramos estudos que relacionem os tipos de impulsividade, o comportamento antissocial e o comportamento delincente em adolescentes. No entanto, encontramos um estudo português com a população adulta que faz a distinção entre os tipos de impulsividade em duas populações, uma população normativa e uma população forense, mais precisamente de agressores sexuais, onde chegaram à conclusão que os agressores sexuais possuem valores médios superiores em todas as vertentes (Carvalho & Nobre, 2012).

Práticas Educativas Parentais

De acordo com diversas investigações realizadas na área familiar, observa-se que existem várias características familiares que apresentam impacto no desenvolvimento do comportamento antissocial e delincente, nomeadamente: pais com comportamento antissocial, progenitores que possuam problemas ao nível do consumo de substâncias, maus-tratos físicos, história de violência na família e grande dimensão no agregado, fraca supervisão parental, fraca vinculação familiar, disciplina errática ou demasiado restrita são um fator preditivo da delinquência (Loeber & Farrington, 2001).

Desta forma vê-se como pertinente definir o conceito de práticas parentais e distingui-lo de estilos educativos parentais. Segundo Darling e Steinberg (1993), os estilos parentais, são as decisões tomadas pelos pais perante um clima emocional e as práticas parentais são comportamentos específicos, através dos quais os pais desempenham o seu papel parental. Sendo que o estilo implica um efeito indireto sobre as crianças e adolescentes, enquanto as práticas parentais têm impacto direto nos resultados (Darling & Steinberg, 1993).

De acordo com Maccoby e Martin (1983) a tipologia de estilos educativos parentais pode ser definida a partir de duas dimensões das práticas educativas parentais: responsividade e exigência/supervisão parental.

A dimensão responsividade diz respeito às atitudes compreensivas por parte dos pais, estando ligada à componente afetiva destes para atender às necessidades e interesses dos filhos. A dimensão supervisão refere-se às atitudes de controlo do comportamento dos filhos, através do estabelecimento de regras e de limites. Com base no cruzamento dos extremos mais elevados e mais baixos de cada dimensão, sobressaíram quatro estilos parentais: autoritativo, autoritário, permissivo e negligente (Maccoby & Martin, 1983).

Baumrind (1950) foi pioneira, no que concerne aos estudos sobre educação parental, sendo que ainda é uma referência nos estudos efetuados recentemente. Segundo esta, existem quatro possíveis classificações nas variáveis controlo e apoio, o estilo autoritário possui uma elevada supervisão e baixa responsividade enquanto o estilo permissivo revela uma baixa supervisão e elevada responsividade e por fim o estilo negligente com uma baixa supervisão e baixa responsividade.

Hoffman (1994), desde a década de 70 investigou as relações pais-filhos, sublinhando a importância das estratégias utilizadas pelos pais quando expostos a situações de conflitos com os filhos, fazendo a distinção entre práticas educativas parentais e estilos. Refere que as práticas são situações do dia-a-dia específicas de interação pais-filhos, que demonstram as estratégias utilizadas pelos progenitores na educação de seus filhos. Assim sendo, Hoffman (1994) ressalta que as práticas educativas parentais se expressam perante as interações pais-filhos, vão em direção da disciplina e cujo objetivo é a socialização. Perante estas situações os progenitores podem recorrer a dois tipos de estratégias: coercitivas ou indutivas.

As práticas educativas coercitivas são descritas como tendo repercussões negativas em várias áreas do desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, tais como

desempenho escolar, ajustamento social, psicopatologia. Isso porque, os filhos, dependem de ajudas externas para controlar seu comportamento e acabam por não interiorizar as regras sociais e os padrões morais necessários para o ajustamento psicológico (Baumrind, 1966; Hoffman, 1994).

Os pais têm sido vistos como benéficos na autonomia dos filhos, encorajando-os em tarefas próprias a sua idade e resultando num aprimoramento de comportamentos infantis. As condutas maternas estão mais fortemente associadas à preocupação com os cuidados e à segurança afetiva dos filhos, enquanto as paternas voltam-se à questão da disciplina (Easterbrooks e Goldberg, 1984, Padilla-Carlson, 1998, citado por Pacheco, Silveira, Schneider, 2008).

Para Pettit, Laird, Dodge, Bates e Criss (2001), o conceito de controlo parental inclui dois tipos distintos de práticas, o primeiro é a regulação parental que abarca por um lado a monitorização e por outro a supervisão parental, ambas contribuem de forma positiva no processo de socialização dos adolescentes promovendo uma maior orientação e supervisão necessária ao desenvolvimento da criança. O segundo tipo de prática é o controlo psicológico, que afeta negativamente pois impede o desenvolvimento de autonomia e autorregulação do adolescente. Sendo que esta tentativa de controlo inibe e interfere negativamente na aquisição de independência, pois faz com que o adolescente se mantenha emocionalmente dependente dos pais.

Com base nessa diferenciação Pettit e colaboradores (2001) realizaram um estudo longitudinal que investigou, a correlação entre os antecedentes na infância e os problemas de comportamento, com a monitorização e o controlo psicológico, e verificou que a monitorização parental na adolescência foi antecedida por um estilo parental pró-ativo na infância. A monitorização e o controlo psicológico revelaram sentimentos de ansiedade, depressão e comportamento delinquente na infância e na adolescência. Os altos níveis de monitorização foram associados aos baixos níveis de comportamento delinquente e o controlo psicológico foi associado aos altos níveis de depressão, ansiedade e ao comportamento delinquente (Daniels, Kissinger & Lee, 2006).

Patterson (1982), refere que a monitorização é uma componente essencial para a regulação comportamental efetiva, especialmente no final da infância e início da adolescência. No entanto, não é tarefa fácil principalmente na adolescência quando a convivência com os pares torna-se mais relevante. Nessa fase os pais têm que decidir quanto tempo os filhos podem ficar sem supervisão, uma vez que não existe consenso

sobre a estrutura que deve ser imposta durante a transição da adolescência. É muito importante que os pais mantenham a supervisão no início da adolescência pois a falta dela pode colocar os filhos em risco de se envolverem com pares desviantes, consumo de drogas e atividades antissociais.

Na Holanda foi efetuado um estudo com adolescentes por Kemp e colaboradores, onde chegaram à conclusão que existe uma forte correlação entre o suporte parental, supervisão e a diminuição da delinquência (Kemp, Scholve, Overbeek & Engels, 2006). Assim, segundo Ingram e colaboradores (2007), verificou-se que os jovens com elevados níveis de suporte parental e supervisão, tinham menos comportamentos delinquentes, ou seja, a supervisão este parece funcionar como fator protetor.

Diversos estudos têm tentado focar a importância de variáveis como as características individuais dos pais, os conflitos familiares bem como um fraco relacionamento entre pais e filhos, a falta de controlo e de supervisão nas atividades/tempos livres dos filhos, o tamanho da família, as dificuldades socioeconómicas, a influência dos irmãos, da área de residência, ou da existência de pessoas com características antissociais em casa (Rutter et al., 1998).

A estrutura social e os fatores contextuais, em particular a classe social, exercem uma importante influência nas práticas de socialização, uma vez que existem diferentes valores e experiências sociais (Grusec & Lytton, 1988). Um estudo realizado por Wilson (1980, citado por Pacheco, 2004) indicou que as crianças que habitam em bairros com altos índices de delinquência possuem um risco mais elevado de desenvolver comportamento delincente, e que supervisão e a disciplina destacaram-se, como sendo, os fatores protetivos mais importantes.

LeBlanc e Janosz (2002), afirmam que as crianças que crescem monoparentais apenas com a presença da mãe têm maior risco de desenvolverem problemas de comportamento, esta relação pode ser explicada pois existe a falta de processos familiares como as práticas educativas, supervisão parental, harmonia, coesão familiar e a presença de um modelo masculino positivo.

Outra variável bastante mencionada na literatura é o temperamento da criança, quando as mães consideram que o filho tem um temperamento difícil tornam-se menos responsivas e interagem menos, acabando por exercerem um controlo menos firme e são mais permissivas no que toca ao comportamento agressivo (Machado, 2004).

Estilos Educativos Parentais Como Efeito Indireto

Os estilos educativos parentais são essenciais pois apresentam consequências no desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, desta forma, durante o crescimento a criança adquire competências e passa a ser autónoma (Baumrind, 1966).

Segundo estudos efetuados por Baumrind (1950) existem quatro tipos de estilos parentais adequados em todo o desenvolvimento, sendo eles, o estilo autoritativo também conhecido por democrático, o estilo autoritário (exigente, autocrático), o estilo indulgente atualmente conhecido por permissivo e o estilo negligente.

O estilo autoritativo (democrático), os cuidadores comportam-se de forma racional com o objetivo de ajudar a internalização das normas parentais, promovem o diálogo e trocam ideias reconhecendo os direitos do filho, observam quais os interesses adequados à idade, no entanto, são firmes nas divergências, reconhece que o filho tem particularidades, no entanto, estabelece normas para a sua conduta futura. É importante mencionar que em todas essas características os progenitores utilizam a razão bem como o poder para atingir os seus objetivos. Este estilo educativo é o mais benéfico pois caracteriza-se pelo usufruto da autoridade mas não de forma inflexível, afinal o *parenting* deste estilo educativo encoraja a autonomia da criança, estimula a expressão dos seus desejos e sentimentos ao mesmo tempo que impõe restrições de ordem comportamental (mas não restrições psicológicas) (Darling & Steinberg, 1993).

Sendo que o estilo parental autoritativo tem sido apontado na literatura como o mais favorável para ajudar a criança a desenvolver um tipo de competência instrumental, que envolva a consideração de suas próprias necessidades e responsabilidades junto às necessidades e direitos dos outros (Baumrind, 1950; Baumrind 1966; Darling & Steinberg, 1993).

O estilo permissivo caracteriza-se por uma educação não punitiva, como tal, os pais explicam as regras esforçando-se para realizar os desejos do seu filho, deixando-o escolher as atividades que mais gosta sem qualquer intromissão. Não faz com que a criança obedeça às normas exteriores, utiliza a razão, no entanto, não recorre ao poder, evitando ao máximo controlar os comportamentos do filho. Perante isso, este tipo de pais incentivaram a individualização e desta forma vão impor escassas barreiras comportamentais e psicológicas (Smetana, 1995, citado por Born, 2005). Quer isto dizer que os pais não utilizam o poder para atingir os seus objetivos. No entanto, quando perdem totalmente o controlo da situação por vezes tornam-se violentos, tais reações apresentam-se como incoerentes em relação aos princípios estabelecidos.

O estilo autoritário é representado pela autoridade extrema, este estilo é caracterizado pelo facto de tomarem todas as decisões, gostarem de controlar e avaliar as atitudes e comportamentos do filho, modelando-o de acordo com as normas de condutas (Baumrind, 1966). Os pais que se enquadram dentro deste estilo, acreditam que as práticas punitivas são a solução para todos os problemas, o filho deve-lhe obediência acima de tudo, limitando a autonomia, independentemente dos valores e crenças do descendente. O estilo autoritário é caracterizado pela baixa estimulação do desenvolvimento dos filhos, bem como, limitadores da sua autonomia, a autoafirmação e a individualidade do jovem restringindo deste modo o jovem quer ao nível psicológico e/ou psicológico (Darling & Steinberg, 1993). Os castigos são automáticos quando a norma é infringida ou quando há tentativas de independência ou rebelião. Estes pais tendem a ser controladores, pouco calorosos e muito punitivos, o que consequentemente pode gerar filhos inseguros, submissos, descontentes ou revoltados (Baumrind, 1966).

O estilo negligente abarca os pais que se excluem das responsabilidades parentais. São pais frios, insensíveis, indiferentes, recorrem a castigos para que os filhos não os perturbem e que desencorajam a independência. Não são capazes de proporcionar à criança/adolescente os estímulos afetivos de que esta necessita. Perante isto, os filhos tornam-se tristes, frustrados, inseguros e desorientados, o que faz com que estes facilmente iniciem comportamentos delinquentes (Baumrind, 1966).

Maccoby e Martin (1983), baseando-se nos estudos de Baumrind e acrescentaram dois tipos de pais permissivos: indulgentes e negligentes. Os indulgentes têm um grande envolvimento afetivo para com os filhos no entanto têm baixa supervisão e controlo, normalmente são mais tolerantes que esperam que os filhos amadureçam de forma positiva, fomentando a independência e a autonomia sem qualquer tipo de controlo parental. Enquanto os pais negligentes nem têm grande envolvimento afetivo nem supervisionam os filhos, dando a entender que não se preocupam com nenhum dos níveis do desenvolvimento da criança. São mais autocentrados e estão mais preocupados com os seus próprios problemas demitindo-se das suas responsabilidades parentais.

Práticas Educativas Parentais, Comportamentos Antissociais e Delinquentes, Que Relação?

Para Kagan (1984) o comportamento antissocial provém de toda uma construção pessoal que se inicia na infância, sendo a família responsável por ser o primeiro agente de socialização.

Uma relação pai-filho disfuncional poderá resultar em desordens, na medida que essas crianças crescem em ambientes familiares instáveis, sendo incapazes de se adaptar ao seu temperamento difícil, hiperatividade e explosões de raiva, o que acaba por desencadear uma espiral negativa de interações recíprocas que levam à persistência do comportamento antissocial (Lahey e Waldman, 2003). É referido que grande parte dos jovens já teve condutas antissociais, porém, estas têm que ser inibidas, por via de uma prática parental responsiva ou exigente, para que estas condutas não passem a ser condutas delinquentes (Formiga & Gouveia, 2003).

Tendo em conta os diversos estudos longitudinais efetuados, nomeadamente, o estudo longitudinal de Cambridge (Farrington, 2002), o estudo longitudinal de Dunedin (Moffitt, Caspi, Harrington & Milne, 2002), foi possível observar o impacto que as variáveis familiares têm, e de que modo estas contribuem para o comportamento delincente.

Todos estudos efetuados por Farrington (2002) convergem para o facto da disciplina errática ou demasiado restrita e a fraca supervisão por parte dos pais serem um fator preditivo da delinquência. Desta forma consideram que as atitudes e os comportamentos dos pais demonstram o ambiente familiar em que os adolescentes vivem.

De acordo com Gottfredson e Hirschi, (1990), e Farrington (2002), referem que estrutura do agregado familiar poderá estar associado ao desenvolvimento dos comportamentos antissociais e delinquentes, devido à falta de atenção, trabalho excessivo dos pais, facto de ser filho de uma família monoparental poderá originar este problema.

Segundo Moffitt e Caspi (2002), a quebra de laços familiares e os estilos educativos são especialmente significativos, nomeadamente, quando o comportamento antissocial se inicia na infância.

A teoria do controlo (Hirschi 1969), baseia-se no facto da frequentemente os delinquentes não possuírem uma ligação “estreita” com os progenitores. Desta forma, os laços entre pais e filhos parecem estar na origem para que os filhos aceitem as regras e limites para uma interação positiva com a sociedade.

Quando a ligação com os cuidadores é fraca, faz com que os adolescentes se “voltem” para os colegas, de forma a obterem orientação e sentimento de camaradagem, a companhia dos colegas pode conduzir à delinquência (Kandel, Kessler & Margulies, 1978; Steinberg, 1987, citado por McCord, 2002). Como tal, vê-se como premente

observar a influência a influência das práticas educativas parentais no comportamento antissocial e no comportamento delinquente.

Objetivo

Pretende-se no presente estudo verificar se existem diferenças de género em relação às variáveis: comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes, perceção das práticas educativas parentais e tipos de impulsividade, bem como, observar da influência dos dados sociodemográficos nas mesmas. Uma vez que tanto as características individuais (e.g. impulsividade) como variáveis familiares (e.g. práticas educativas parentais, estrutura do agregado familiar), têm sido descritas por este diversos autores como potenciais fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquentes.

Hipóteses

Desta forma como resultado da revisão de literatura, definem-se as seguintes hipóteses:

- I. A maioria dos jovens que apresentam comportamento antissocial e delinquente são do sexo masculino (Moffitt, Rutter & Silva, 2001).
- II. A estrutura do agregado familiar poderá estar associado ao desenvolvimento dos comportamentos antissociais e delinquentes, devido à falta de atenção, trabalho excessivo dos pais, facto de ser filho de uma família monoparental poderá estar na origem deste problema (Gottfredson & Hirschi, 1990; Farrington, 2002).
- III. Os comportamentos antissociais e delinquentes são mais prevalentes entre a faixa etária dos 15 e os 17 anos (Farrington & Loeber, 2000).
- IV. Os rapazes possuem maiores valores na vertente da impulsividade motora do que as raparigas (Chapple & John, 2007).
- V. As raparigas percecionam os pais como mais responsivos do que os rapazes (Durcharne et al., 2006).
- VI. Segundo Costa (2000) as raparigas tendem a apresentarem valores mais elevados na supervisão parental do que os rapazes.
- VII. Observar se existe relação entre o comportamento antissocial e delinquente e a impulsividade. Já que para Farrington (2002), a impulsividade é a

dimensão mais importante que pode influenciar ou ajudar na associação no comportamento criminal.

- VIII. Analisar a relação entre a percepção que estes têm acerca das práticas parentais e os comportamentos antissociais e delinquentes nos adolescentes. Já que os altos níveis de responsividade e supervisão parental foram associados aos baixos níveis de comportamentos antissociais e delinquentes (Kemp, Scholve, Overbeek & Engels, 2006).

Método

Participantes

A amostra é constituída por (n=178) participantes de ambos os sexos, provenientes de duas escolas na região de Lisboa, dos quais 48,9% são elementos do sexo masculino (n=87) e 51,1% são do sexo feminino (n=91), com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos (M= 14,33; DP= 1,167). No que concerne à escolaridade dos inquiridos, estes encontravam-se a frequentar entre o 5º e o 12º ano, sendo que 3,4% se encontravam a frequentar o 2º ciclo, 77,9% frequentavam o 3º ciclo e 19,1% encontravam-se a frequentar o ensino secundário.

No que diz respeito ao agregado familiar, a variável foi dividida em 3 categorias principais, 58,4% dos participantes (n=104) vivem com os pais (incluindo mãe/pai e padrasto/madrasta), 36,5% são oriundos de uma família mono parental (n=65) (incluindo, os jovens que vivem num sistema repartido entre o pai e a mãe) e, apenas 5,1% vivem com outros familiares (n= 9) (e.g. avós, tios).

No que concerne à nacionalidade dos inquiridos, 82,0% são de nacionalidade portuguesa (n=146), 6,7% são oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, (n=11), 6,2% participantes possuem nacionalidade brasileira (n=12), e apenas 1,7% eram de outra nacionalidade (n=3), (e.g. holandesa, bangladeshiana, haitiana).

Na escala que nos permite verificar os comportamentos antissociais e delinquentes (CAD), após uma análise de frequências, verificamos que apenas 7,9% dos participantes nunca teriam perpetrado qualquer tipo de comportamento antissocial (n=14), o que significa que 92,1%, ou seja, (n=164) já teriam tido qualquer tipo de comportamento antissocial. Já no que concerne ao comportamento delinvente, podemos observar que apenas 14,0% (n=25) dos adolescentes refere nunca ter cometido qualquer tipo de

comportamento delinquente, ou seja, 86,0% (n=153) dos adolescentes admite já o terá feito.

Quanto ao percurso escolar dos participantes, 65,2% nunca teriam reprovado (n=116), 28,7% teriam reprovado uma única vez (n=51), e apenas 6,1% teriam reprovado duas ou mais vezes (n=11).

Quanto ao número de ocorrências escolares, a maioria dos inquiridos, mais precisamente, 75,8% nunca teriam tido qualquer tipo de ocorrência (n= 175), 9,6% dos participantes tinham apenas uma ocorrência escolar (n=17) e 14,6% dos inquiridos detinham duas ou mais ocorrências registadas (n= 26).

No que concerne às expulsões da sala de aula, 55,1% afirmam nunca terem sido expulsos da sala de aula (n= 98), 14,0% admitem terem sido expulsos apenas uma vez da sala de aula (n=25), e 30,9% referem terem sido expulsos duas ou mais vezes da sala de aula (n=55).

Instrumentos

Os instrumentos utilizados no presente estudo consistem em três escalas de autorrelato, nomeadamente, Questionário de estilos educativos parentais (QEEP, Ducharne, Cruz, Marinho & Grande, 2006), a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (CAD, Formiga, 2003) adaptado por Sousa e Soeiro 2009 e Escala de Impulsividade de Barrat (Bis-11C) de Cosi, Canals & Vigil-Colet, (2008), traduzida por Neves e Soeiro, 2013.

Escala de condutas antissociais e delitivas (CAD).

Pretende-se também, analisar as condutas antissociais e delinquentes (Formiga, 2003) adaptado por Sousa e Soeiro 2009. Esta escala compreende uma medida comportamental em relação às condutas antissociais e delinquentes. É composta por quarenta elementos, cada elemento é cotado de 0 (*nunca*) a 9 (*sempre*) distribuídos pelos dois fatores, o comportamento antissocial corresponde (itens, 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 21, 23, 24, 26, 29, 34, 35, 37, 38) e o comportamento delinquente corresponde (itens 3, 6, 7, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 39, 40).

Análise da Consistência Interna

A consistência interna geral segundo os autores da escala original é de .93, demonstrando uma muito boa fidedignidade estatística. No que concerne às subescalas, o comportamento antissocial apresenta *alpha de Cronbach* de .91 e o comportamento delinquente valores *alpha de Cronbach* de .81.

Na realização da análise da consistência interna para a escala CAD, do presente estudo, revelou valores *alpha de Cronbach* de .92 para a totalidade do instrumento, indicando uma muito boa fidedignidade estatística. Já no que concerne cada uma das dimensões, verificou-se para a subescala comportamento antissocial valores *alpha de Cronbach* de .89, apontando uma boa fidedignidade e para a subescala comportamento delinquente valores *alpha de Cronbach* de .81, mostrando assim, que ambos possuem uma boa fidedignidade estatística. A consistência interna entre a escala CAD perante o estudo original comparativamente com os resultados do presente estudo, são semelhantes, sendo que os valores da escala original são ligeiramente superiores, embora, ambos se situem entre uma boa e uma muito boa fidedignidade.

Questionário De Estilos Educativos Parentais (QEEP).

Para analisar as práticas educativas parentais existentes recorre-se ao (QEEP, Ducharne, Cruz, Marinho & Grande, 2006), onde importa saber qual a percepção que os adolescentes têm acerca da educação dos pais.

Este instrumento avalia as práticas através da percepção que os adolescentes possuem acerca das práticas parentais educativas, através de duas vertentes, sendo elas: a aceitação/responsividade (itens 1 a 9), que afere a sensibilidade dos pais face aos interesses e necessidades dos filhos, bem como, os comportamentos de afeto positivo e suporte emocional e a vertente monitorização/supervisão (itens de 10 a 19), que se caracteriza pelo controlo exercido pelos pais para o cumprimento das regras sociais e normas morais. Sendo que através do cruzamento dos pontos baixos e elevados destas duas vertentes, consegue-se determinar o estilo parental inerente.

No entanto, importa mencionar que no presente estudo, optou-se por se estudar a percepção das práticas educativas parentais, uma vez que desta forma poderíamos observar a influência dos comportamentos antissociais e delinquentes sem nos termos que cingir a uma percentagem mais reduzida, como iria acontecer se se observa-se os estilos educativos parentais, paralelamente maior sustentação teórica.

Análise da Consistência Interna

A realização da análise da consistência interna do estudo original do instrumento QEEP, na sua globalidade, não nos foi possível averiguar a consistência interna, apenas temos informação acerca da consistência interna obtidas nas duas subescalas, mais concretamente, na subescala responsividade parental .83, valores esses que são considerados como muito razoáveis em ambas as escalas, a subescala supervisão parental, valores *alpha de Cronbach* de .85.

No presente estudo, a globalidade do instrumento revelou valores *alpha de Cronbach* de .83, indicando assim uma boa fidedignidade estatística. Já para cada uma das dimensões, responsividade parental .78, indicando uma consistência interna aceitável, e para a supervisão parental .84, indicando assim uma boa fidedignidade estatística. Ou seja, na subescala responsividade parental, a consistência interna difere, no entanto, na subescala supervisão parental, a consistência interna é semelhante (boa fidedignidade estatística).

Escala de impulsividade de Barrat (Bis-11-C).

Esta escala avalia a impulsividade (Cosi, Canals & Vigil-Colet, 2008), traduzido por Neves e Soeiro, 2013, é constituída por 26 itens, um questionário de autorresposta, onde os participantes respondem segundo a escala de 4 pontos, correspondendo 0 a (nunca/raramente) e 3 (quase sempre/sempre).

A presente escala encontra-se dividida segundo três subescalas: impulsividade motora que corresponde (itens 2, 5, 8, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25), impulsividade não planeada (itens 1, 7, 10, 11, 12, 19, 22, 26) e impulsividade cognitiva (itens 3, 4, 6, 9, 14). A impulsividade motora indica se o indivíduo, é ou não, capaz de inibir os seus comportamentos e se age de acordo com as circunstâncias momentâneas; a impulsividade cognitiva diz respeito à capacidade de concentração, ou seja, à capacidade de realização de uma determinada tarefa; e a impulsividade não planeada, caracteriza-se pela capacidade do sujeito em planear ou não as suas ações de forma ponderada.

Análise da Consistência Interna

Obtivemos um KMO de .663, permitindo a prossecução da análise fatorial. O teste de Bartlett tem associado um nível de significância de .000, o que permite concluir que existe correlação entre as variáveis.

O número de fatores a reter obtém-se através da consulta da variância total explicada, sendo que neste estudo existem três fatores que explicam 40,7% da variância (Tabela 1).

Tabela 1.

Variância explicada dos três fatores da Impulsividade

Componente	Valores Iniciais		Extração de Valores	
	Cumulativo %	Total	% Variância	Cumulativo %
1	18.974	4.933	18.414	18.414
2	32.732	3.577	13.596	32.010
3	40.674	2.065	8.664	40.674

Devido à consistência interna da subescala impulsividade cognitiva se encontrar abaixo do aceitável, optou-se por se proceder à análise fatorial, optando-se pela rotação Varimax, importa salientar que foram suprimidos valores abaixo a 0.50, como tal, eliminou-se os (itens 4, 10, 12, 15, 16, 20, 23). Desta feita, a impulsividade motora incluiu os (itens 2, 5, 8, 13, 17, 18, 21, 24, 25), a impulsividade não planeada (itens 1, 7, 9, 11, 19, 22, 26) e a impulsividade cognitiva (3, 6, 14) (Tabela 2).

Tabela 2.

Matriz Rodada

	Componentes		
	1 (IM)	2 (INP)	3 (IC)
1. Organizo as minhas tarefas cuidadosamente		,738	
2. Faço coisas sem pensar	,731		
3. Tomo decisões rapidamente			,517
4. Quando os meus amigos me perguntam alguma coisa, respondo rapidamente			
5. Custa-me estar atento	,717		
6. Penso rapidamente			,799
7. Organizo o meu tempo livre		,580	
8. Perco a cabeça facilmente	,518		
9. Concentro-me rapidamente		,552	

Tabela 2.

*Matriz Rodada**(Continuação)*

10. Poupo tudo o que consigo		
11. Gosto de pensar bem sobre as coisas		,730
12. Faço planos para o futuro		
13. Digo as coisas sem pensar	,661	
14. Quando o professor faz uma pergunta na sala de aula sou dos primeiros a levantar a mão		,592
15. Mudo de ideias com facilidade		
16. Atuo impulsivamente sem pensar		
17. Distraiu-me com facilidade quando tenho um problema complicado	,576	
18. Deixo-me levar pelos meus impulsos	,596	
19. Gosto de pensar nas coisas		,538
20. Mudo frequentemente de amigos		
21. Compro coisas sem pensar	,502	
22. Resolvo os problemas um por um		,595
23. Gasto mais do que posso		
24. Quando estou a pensar em algo distraiu-me facilmente	,546	
25. Estou inquieto quando estou na sala de aula ou no cinema	,638	
26. Organizo as minhas atividades		,718

Procedimento

Primeiramente foi necessário pedir autorização aos autores para utilizar os instrumentos em questão. Seguidamente foi necessário pedir autorização às escolas em questão, após dada a autorização, paralelamente, foi também requerida a autorização do Ministério da Educação.

Na escola foi efetuada uma breve apresentação do estudo e dos seus objetivos e os participantes foram convidados a realizar o questionário. Todos os participantes foram

informados previamente dos propósitos do mesmo, assegurando a cada um, o total anonimato e a confidencialidade da informação recolhida.

Após terem conhecimento do estudo, foi-lhes dado o consentimento informado para que os cuidadores tivessem conhecimento e autorizassem a participação dos menores no estudo. Desta forma salvaguardam-se todos os princípios éticos necessários para a concretização deste estudo.

Após a recolha da informação pertinente para o estudo procedeu-se a sua análise com o auxílio do instrumento IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 21.0 (2012). Foram utilizados diversos procedimentos estatísticos, nomeadamente, a análise da consistência interna dos primeiros dois instrumentos (QEEP e CAD); análise fatorial para testagem da consistência interna do BIS 11-C; análise de frequências; Teste T para amostras independentes; Coeficientes de Correlação de Pearson; análise de variância com recurso à ANOVA Unifatorial.

Resultados

Com a finalidade de se observar média geral na escala de comportamento antissociais e do comportamentos delinquentes (CAD), após efetuarmos uma análise de frequências, sem fazer distinção entre os sexos, podemos constatar que os comportamentos antissociais apresentam ($M= 25,63$; $DP= 22,817$), sendo que ($Min= 0$; $Max= 100$), já no que diz respeito ao comportamento delinquente ($M= 9,33$; $DP= 12,467$) e ($Min= 0$; $Max= 87$). Desta feita, é possível interpretar que ambos os comportamentos apresentam valores médios baixos (Tabela 3).

Tabela 3.

Análise de frequências em relação aos tipos de comportamentos

Tipos de comportamentos		CA	CD
N	Valida	178	178
	Em falta	0	0
Média		25,63	9,33
Desvio Padrão		22,817	12,467
Mínimo		0	0
Máximo		100	87

De forma a avaliar as diferenças de género em relação ao comportamento antissocial e delinquente, procedeu-se a um Teste T, para se verificar diferenças de médias em amostras independentes. Podemos apurar que existem diferenças significativas no que concerne ao comportamento antissocial, relativamente à variável género, no sexo masculino, $t(2.89) = 176$; $p = .004$, sendo que estes apresentam médias superiores ($M = 30.60$; $DP = 25.157$) comparativamente com sexo feminino ($M = 20.89$; $DP = 19.301$).

Também podemos verificar que existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao comportamento delinquente para a variável género, nomeadamente, os para os rapazes, $t(2.40) = 156.43$; $p = 0.17$, sendo que estes apresentaram médias superiores ($M = 11.61$; $DP = 14.131$), quando comparado com as raparigas ($M = 7.14$; $DP = 10.248$) (tabela 4).

Tabela 4.

Teste t para a avaliação de diferenças de género em relação ao CA e CD

Tipo de Comportamento	Sexo Masculino		Sexo Feminino		t	df	p
	M	DP	M	DP			
CA	30.60	25.157	20.89	19.301	2.89	176	.004
CD	11.61	14.131	7.14	10.248	2.40	156,432	.017

Para analisar a associação entre o número de ocorrências escolares e os comportamentos antissociais e delinquentes, procedeu-se a uma correlação de pearson. Os resultados obtidos permitem-nos afirmar a existência de uma correlação positiva, em ambos os tipos de comportamento. Ou seja, quanto número de ocorrências na sala de aula, relativamente ao comportamento antissocial, verificamos correlação positiva significativa (fraca) ($r = .19$, $p = .010$). Já no que concerne ao comportamento delinquente, verificamos uma correlação positiva significativa (fraca) ($r = .23$, $p = .000$). Isto significa que os indivíduos com maior forem os valores de comportamentos antissociais e delinquentes, maior será o número de ocorrências escolares (Tabela 5).

Tabela 5.

Correlação de Pearson entre número de ocorrências na sala de aula e tipos de comportamentos

Tipos de comportamento/nº de ocorrências escolares	Número de ocorrências escolares
CA	.192*
CD	.233**

Nota. * $p \leq .05$; ** $p \leq .01$

De forma a avaliar se existe associação entre o número de número de expulsões em contexto sala de aula e os comportamentos antissociais e delinquentes, efetuou-se uma correlação de pearson. De acordo com resultados obtidos, podemos verificar a existência de uma correlação positiva significativa, em ambos os tipos de comportamento. Isto é, quanto ao número de expulsões na sala de aula, relativamente ao comportamento antissocial, verificou-se uma correlação positiva significativa (moderada) ($r = .38$, $p = .000$). Já no que concerne ao número de expulsões, em relação ao comportamento delinquente, também se verificou uma correlação positiva significativa (moderada) ($r = .43$, $p = .000$). Isto é, quanto maior forem os valores para o comportamento antissocial e delinquente maior será o número de expulsões da sala de aula (Tabela 6).

Tabela 6.

Correlação de Pearson entre número de expulsões e tipos de comportamentos

Tipos de comportamento/ Número de expulsões da sala de aula	Número de expulsões da sala de aula
CA	.376**
CD	.433**
Número de expulsões da sala de aula	-

** $p < .01$

Para analisar a associação entre o número de reprovações e os comportamentos antissociais e delinquentes, procedeu-se a uma correlação de pearson. Os resultados obtidos demonstraram que apenas existe correlação positiva significativa (fraca), apenas no que concerne ao comportamento antissocial ($r = .20$, $p = .000$), sendo

que o mesmo, já não se verificou, no que diz respeito ao comportamento delinquente. Em suma, quanto maior forem os valores de comportamento antissocial, maior será o número de reprovações apresentadas pelos adolescentes (tabela 7).

Tabela 7.

Correlação de Pearson entre número de reprovações e tipos de comportamentos

Tipos de comportamentos/ Número de Reprovações	Número de reprovações	CA	CD
Número de reprovações	-	.204**	.036

** p<.01

Para verificar que existem diferenças entre os grupos, no que diz respeito à variável estrutura do agregado familiar (família nuclear, família monoparental e residir com outros familiares), relativamente à perpetração de comportamento antissocial, quer de comportamento delinquente, procedeu-se à realização de uma análise de variância (Anova). De acordo com os resultados, chegou-se à conclusão que não existem diferenças estatisticamente significativas, no que concerne, à influência da estrutura do agregado familiar, relativamente à perpetração, quer de comportamento antissocial, quer de comportamento delinquente (Tabela 8).

De forma a analisar a variável idade, diferenciada em dois grupos (13 e 14 anos e 15 e 17 anos), relativamente aos comportamentos antissociais e delinquentes, realizou-se um Teste T, para se verificar diferenças de médias em amostras independentes, de acordo com os resultados foi possível observar que não existem diferenças significativas no que diz respeito aos comportamentos antissociais e delinquentes, serem mais prevalentes especificamente entre faixa etária dos 15 e 17 anos (Tabela 9).

Para estudar a relação entre a variável sexo e os tipos de impulsividade efetuou-se um teste t para diferença de médias, desta feita, procedeu-se a um teste t para amostras independentes, de acordo com os resultados. Sendo que não se obtiveram resultados significativos, entre os sexos e aos tipos de impulsividade (Tabela 10).

Para verificar se existem diferenças entre a variável género a vertente responsividade parental, efetuou-se uma teste t. Mediante os resultados constatamos que não existem diferenças significativas entre o sexo masculino e feminino (Tabela 11).

Com a finalidade de observar a existência de se as raparigas apresentam médias superiores aos rapazes no que diz respeito à supervisão parental, realizou-se um teste t.

De acordo com os resultados podemos verificar que não existem diferenças significativas entre o sexo masculino e feminino, no que diz respeito à vertente supervisão parental (Tabela 12).

Paralelamente, com o objetivo de verificar se existe associação entre os comportamentos antissociais e delinquentes e os tipos de impulsividade, procedeu-se a uma correlação de pearson. Perante os resultados podemos constatar que existe uma correlação significativa positiva, para ambos os tipos de comportamento, no que diz respeito, à impulsividade motora. Ou seja, no que concerne à perpetração de comportamento antissocial, verificou-se uma correlação positiva significativa (fraca) ($r = .29, p = .000$). Já no que diz respeito comportamento delinquente, constatou-se uma correlação positiva significativa (fraca) ($r = .21, p = .000$). Em suma, quanto mais elevados forem os valores de impulsividade motora maior será a perpetração tanto de comportamento antissocial, como de comportamento delinquente (Tabela 13).

Também se observou uma correlação negativa significativa (moderada), no que diz respeito à impulsividade não planeada, em relação ao comportamento antissocial ($r = -.42, p = .000$). Quanto ao comportamento delinquente verificamos também a existência de uma correlação negativa significativa (fraca) ($r = -.29, p = .000$). Ou seja, quando maior for a impulsividade não planeada menor será a perpetração de comportamento antissocial e de comportamento delinquente.

No que concerne à impulsividade cognitiva, não se constatou qualquer tipo correlação, relativamente aos dois tipos de comportamento.

Tabela 13.

Correlação de Pearson entre os comportamentos e os tipos de impulsividade

Tipos de Comportamentos/Tipos de impulsividade	IM	INP	IC
CA	.285**	-.419**	.087
CD	.207**	-.288**	.059

** $p < .01$

Por último, para verificar se existe relação entre o comportamento antissocial e o comportamento delinquente e a percepção das práticas parentais, efetuou-se uma correlação de Pearson. Os resultados indicam que existe uma correlação negativa significativa (fraca), entre a variável supervisão parental e o comportamento antissocial

($r = -.25, p = .000$) (Tabela 14). Constatou-se também, uma correlação negativa significativa (fraca) entre a supervisão parental, e o comportamento delinquente ($r = -.26, p = .000$). Em suma, quanto maior for a supervisão parental, menor será a perpetração de comportamentos antissocial e comportamentos delinquentes.

Quanto à variável responsividade parental não se correlacionou com o comportamento antissocial nem com o comportamento delinquente.

Tabela 14.

Correlação de Pearson entre os comportamentos e os tipos de práticas parentais

Tipos de Comportamentos/ PPEP	RP	SP
CA	.128	-.252**
CD	.086	-.257**

** $p < .01$

Discussão dos Resultados

De acordo com a literatura e com a investigação na área do comportamento antissocial e delinquente, constatou-se que existem diversos fatores explicativos que poderão estar associados aos comportamentos antissociais e delinquentes dos adolescentes, nomeadamente, características individuais (e.g. impulsividade, diferenças de género) e características familiares (e.g. estrutura do agregado familiar, práticas educativas parentais).

A nossa primeira hipótese deste estudo é observar se existem diferenças de género, relativamente aos comportamentos antissociais e os comportamentos delinquentes.

Os resultados do presente estudo conciliam-se com as pesquisas empíricas, na medida em que se observou que o sexo masculino apresentou valores médios superiores às raparigas, em ambos os comportamentos (antissociais e delinquentes) (Moffitt et al., 2001).

A segunda hipótese deste estudo prendia-se com a existência de diferenças entre agregado familiar (família nuclear, família monoparental e outros familiares), relativamente ao comportamento antissocial e ao comportamento delinquente. De acordo com os nossos resultados, não existem diferenças significativas.

Assim sendo, os resultados do presente estudo, não se coadunaram-se com as pesquisas empíricas, sendo que estas referem que a estrutura do agregado familiar tem sido nomeada como um dos fatores familiares que mais aparece associado ao desenvolvimento dos comportamentos delinquentes, onde a falta de atenção, trabalho excessivo dos pais, facto de ser filho de uma família monoparental podem estar na causa deste problema (Gottfredson & Hirschi, 1990; Farrington, 2002).

A terceira hipótese deste estudo centra-se na faixa etária em que os comportamentos antissociais e delinquentes são mais prevalentes, no presente estudo não verificamos diferenças significativas no que concerne aos comportamentos antissociais e delinquentes serem mais prevalentes entre faixa etária dos 15 e 17 anos (Farrington & Loeber, 2000). Desta feita, esta hipótese não vai de encontro com as pesquisas empíricas possivelmente por não existir uma grande distribuição e discrepância entre as idades.

A quarta hipótese do presente estudo, encontra-se relacionada com as diferenças de género, em relação aos tipos de impulsividade, onde verificamos que não existem diferenças significativas entre os rapazes e raparigas, relativamente aos tipos de impulsividade.

Importa ainda referir, que diversos autores defendem que é possível que a impulsividade, seja consequência de socialização de género, isto é, a impulsividade tem significados diferentes para os rapazes e para as raparigas. Segundo estes autores, os rapazes apresentaram valores mais elevados de impulsividade motora do que as raparigas. No entanto, existem poucos estudos e os que existem não são consensuais (Chapple & John, 2007).

Os resultados deste estudo, em parte, não se coadunam com as pesquisas empíricas efetuadas, uma vez que não se verificou que os rapazes possuem maiores valores na vertente da impulsividade motora do que as raparigas, contudo, também é referido pelo mesmo autor que esta posição ainda não é consensual.

A quinta hipótese desta investigação centra-se, num estudo efetuado por Durcharne e colaboradores (2006), em que estes autores referem que as raparigas percecionam os pais, como sendo mais responsivos do que os rapazes. Quanto a estes resultados, não se constatarem diferenças significativas, entre o sexo masculino e feminino em relação à vertente responsividade parental.

A sexta hipótese da presente investigação tem como propósito, observar se existem diferenças entre género, relativamente à vertente supervisão parental, sendo que as

raparigas tendem a apresentar valores médios mais elevados do que os rapazes (Durcharne et al., 2006). De acordo com os resultados do nosso estudo, constatou-se que não existem diferenças significativas entre o sexo masculino e feminino.

Desta forma, observou-se que os resultados do presente estudo, nomeadamente da quinta e da sexta hipótese, não estiveram em consonância com as pesquisas empíricas, colocando-se a possibilidade, a teoria da assimetria simbólica, em que a mulher passa a ter um papel mais ativo na sociedade, não se centrando apenas na educação dos filhos, consequentemente, o homem passa a ter um papel mais ativo na educação dos seus filhos e com essa alteração ao longo de gerações, dá-se mudanças sociais e culturais que podem conduzir à igualdade de género em diversas áreas, nomeadamente na educação parental (Best & Williams, 1997).

De acordo com Patterson (1982), a supervisão parental é uma componente essencial para a regulação comportamental efetiva, especialmente no final da infância e início da adolescência. No entanto, não é tarefa fácil principalmente na adolescência quando a convivência com os pares torna-se mais relevante. Nessa fase os pais têm que decidir quanto tempo os filhos podem ficar sem supervisão, uma vez que não existe consenso sobre a estrutura que deve ser imposta durante a transição da adolescência.

Com a sétima hipótese do presente estudo, pretendíamos analisar se existe relação entre o comportamento antissocial e delinquente e a impulsividade.

Os nossos resultados demonstraram que existe uma correlação positiva, entre os dois tipos de comportamentos (antissocial e delinquente) e a impulsividade motora. Já no que diz respeito à impulsividade não planeada, observou-se a existência de correlação negativa, em ambos os tipos de comportamento, ou seja, quanto mais comportamento antissocial e delinquente menor será a impulsividade não planeada.

Perante as pesquisas empíricas, mais de concretamente, segundo Farrington (2002), a impulsividade é a dimensão mais importante na predição no comportamento criminal, especialmente delinquência grave (White et al., 1994). Num estudo efetuado por Chahin e colaboradores (2010), com recurso à escala de impulsividade de Barratt (BIS 11-C), foram comparadas duas amostras, uma de nacionalidade Espanhola e a outra nacionalidade Colombiana, ambos os grupos com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos. Nesse estudo verificaram-se valores médios superiores na impulsividade não planeada, seguidamente na impulsividade motora e por fim na impulsividade cognitiva, sendo que o mesmo se verificou no presente estudo. Desta feita, os resultados do presente estudo coadunam-se com os dados empíricos.

Importa ainda mencionar que a dimensão de impulsividade motora, parece refletir um aspeto mais patológico da impulsividade. Desta feita, vê-se como benéfico que esta não seja a que possui uma média mais elevada, enquanto restantes dimensões, nomeadamente, a impulsividade cognitiva e a impulsividade não planeada estão mais relacionadas com decisões rápidas, mas adaptáveis (Chahin et al., 2010).

Desta feita, importa salientar que não encontramos estudos que correlacionem os tipos de impulsividade, o comportamento antissocial e o comportamento delinquente, em adolescentes. No entanto, encontramos um estudo português, com a população adulta, que fez distinção entre os tipos de impulsividade em duas populações, uma população normativa e uma população forense, mais precisamente de agressores sexuais, onde chegaram à conclusão que os agressores sexuais possuem valores médios superiores em todas as vertentes (Carvalho & Nobre, 2012).

A oitava hipótese da presente investigação tem como finalidade, analisar a relação entre a percepção que estes têm acerca das práticas parentais e os comportamentos antissociais e delinquentes nos adolescentes.

Assim sendo, observou-se a existência de correlação negativa entre ambos os comportamentos (antissociais e delinquentes) e a variável supervisão parental, ou seja, quanto maior for a supervisão parental, menor será a perpetração de comportamentos antissociais e comportamentos delinquentes. A vertente responsividade parental não se correlacionou com nenhum dos tipos de comportamentos.

De acordo com a pesquisa empírica, a falta de controlo e de supervisão, o tamanho da família, as dificuldades socioeconómicas, a influência dos irmãos, da área de residência, ou a existência de pessoas com características antissociais em casa (Rutter et al., 1998). Sendo que os altos níveis de responsividade e supervisão parental foram associados aos baixos níveis de comportamentos antissociais e delinquentes (Kemp, Scholve, Overbeek & Engels, 2006). Segundo Walker-Barnes e Mason (2001), a afiliação a um gangue tem como fatores de risco, as deficientes relações familiares, baixo controlo social como a falta de supervisão parental. A falta de supervisão dos pais deixa os jovens sem a oportunidade de depender de ligações pró-sociais, em vez disso, eles ficam vulneráveis às influências de seu bairro e de pares desviantes (Thornberry et al., 2002).

Importa ainda salientar, que de acordo com um estudo efetuado por Wikström e Loeber (citado por Jones, & Lynam, 2008), os jovens que se encontravam em situação de risco foram aqueles que demonstraram níveis mais elevados de problemas de

hiperatividade e défice de atenção, comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes, e menores níveis de culpa, a supervisão dos pais e falta de motivação escolar.

Desta feita, os resultados desta última hipótese, em parte, coadunam-se com a pesquisa empírica, uma vez que existe correlação estatisticamente significativa entre os tipos de comportamentos e a supervisão parental. Embora não se verifique uma correlação estatística significativa, relativamente à responsividade parental, também não se pode descartar a importância da responsividade parental, no comportamento antissocial e delincente, sendo que esta, apenas nos indica que não é tão determinante quanto a supervisão parental.

Conclusão

Ao longo dos anos, várias investigações têm sido feita tanto na área do comportamento antissocial como no comportamento delincente, encontrando-se diversos fatores explicativos associados a estes, nomeadamente, quanto ao nível das características individuais (e.g. impulsividade, diferenças de género), e ao nível familiar (estrutura familiar e práticas educativas parentais), no entanto, não implica que possam ser realizadas mais investigações neste âmbito.

O presente estudo centrou-se nas diferenças de género em relação às três variáveis escolhidas. Quanto às diferenças de género no que concerne ao comportamento antissocial e delincente, verificamos que os resultados foram consonantes com as pesquisas empíricas, em que os rapazes apresentaram valores médios superiores que as raparigas. Quanto às restantes vertentes (impulsividade e práticas educativas parentais) não se observaram diferenças estatisticamente significativas.

Outro dos objetivos do presente estudo centrou-se nas diferenças na estrutura do agregado familiar, sobretudo no que concerne aos tipos de comportamento e à perceção das práticas educativas parentais, uma vez que estas aparecem associadas com conotação negativa na literatura relativamente às famílias monoparentais.

Assim sendo, importa salientar que não verificamos diferenças estatisticamente significativas quanto ao comportamento antissocial e delincente, assim como, quando se comparou a estrutura do agregado familiar em relação à perceção das práticas educativas parentais, podemos constatar que existem diferenças significativas, e que, as famílias monoparentais, embora viessem referidas na literatura como as que menos

supervisionam os seus filhos, foram as que apresentavam valores médios superiores comparativamente aos restantes tipos de agregados familiares.

Verificamos no nosso estudo, a existência de uma correlação positiva significativa entre número de ocorrências na sala de aula e número de expulsões em relação ao comportamento antissocial e o comportamento delincente. Já no que concerne ao número de reprovações apenas verificamos correlação positiva com o comportamento antissocial. Estes resultados vão de encontro com algumas evidências empíricas, onde referem que existe correlação entre comportamento antissocial, os problemas académicos, baixo compromisso escolar e associação com pares desviantes.

Impõe-se, como limitação no presente estudo, a escolha do instrumento para verificar os comportamentos antissociais e delinquentes nos jovens. Sendo que apesar do instrumento abranger diversas e importantes variáveis relacionadas com o comportamento antissocial e delincente, não possui um resultado total que nos permita afirmar com certeza de que o jovem é delincente; o que faz com que o instrumento não seja o mais adequado sugerimos assim que numa próxima investigação seja utilizado, por exemplo, um instrumento que preencha esta lacuna.

Outra limitação, encontra-se relacionada com a dimensão impulsividade, embora tenha sido vastamente estudada ainda não seja conceptualizada da mesma forma sobretudo no que concerne aos tipos de impulsividade existentes, embora estejam a ser efetuados diversos estudos com o intuito de desenvolver e aperfeiçoar medidas psicométricas de impulsividade. Importa ainda salientar que este instrumento é único instrumento de autorrelato capaz de medir os tipos de impulsividade em adolescentes.

Desta feita, importa ainda referir que o facto de este se tratar de um tema de abordagem delicada, poderá de alguma forma ter condicionado ocasionalmente os participantes a responder com base na desejabilidade social. Embora esta condição tenha que ser equacionada em todos os estudos que envolvam medidas de autorrelato, no entanto, o facto de os professores se encontrarem presentes na sala pode ter limitado as respostas, sobretudo no que concerne ao comportamento antissocial e delincente.

Como sugestão para estudos futuros, seria benéfico comparar os tipos de impulsividade entre adolescentes de uma população normativa e adolescentes que praticaram um ato qualificado como crime, nomeadamente, crime violento, com a finalidade de tal como foi efetuado nos adultos, comparar se existem diferenças entre grupos, no que concerne aos tipos de impulsividade.

Desta forma, pretende-se ampliar o conhecimento dos profissionais, tanto, quanto aos profissionais que intervêm junto de famílias problemáticas, como aos que lidam com a delinquência, com o objetivo de uma melhor prevenção e intervenção.

Referências

- Agnew, R., & Timothy, B. (1997). "Relational Problems with Peers, Gender, and Delinquency. *Youth & Society*, 29, 84-111.
- Ainsworth, M. D. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709–716.
- Akers, R.L (2009). Social learning. In Social learning and social structure, a general theory of crime and desviance, 47-58. New Jersey: Publishers Rutgers.
- American Psychiatric Association (2002). *DSM-IV-TR: Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4.^a ed., texto revisto, J. N. Almeida, trad.). Lisboa: Climepsi Editores, trabalho original publicado em 2000.
- Barratt, E. S. (1959). Anxiety and impulsiveness related to psychomotor efficiency. *Perceptual and Motor Skills*, 9 (2), 191-198
doi:10.2466/PMS.9.3.191-198.
- Barratt, E. S. (1965). Factor analysis of some psychometric measures of impulsiveness and anxiety. *Psychological Reports*, 16 (2), 547-554.
- Barratt, E., & Patton, J. (1983). Impulsivity: Cognitive, behavioral, and psychophysiological correlates. In M. Zuckerman (Ed.), *Biological Bases of Sensation Seeking, Impulsivity, and Anxiety*, 77–116. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Barnown, S., Lucht, M., & Freyberger, H. (2005). Correlates of aggressive and delinquent conduct problems in adolescence. *Aggressive Behavior*, 31, 24-39.
- Baumrind, D. (1950). Effects of authoritative parental control, (8975).
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Bell, E.B (2007). Gender and Gangs: A Quantitative Comparison. *Crime & Delinquency*, 25 (3), 363-387.doi: 10.1177/0011128707306017.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Analise Psicológica*, 4, 637–645.
- Bendixe, M., Endresen, I.M & Olweus, (2006). Joining and Leving Gangs: Selection and Facilitation Effects on Self-Reported Antisocial Behavior in Early Adolescence. *European Society of Criminology*, 3 (1), 85-114. doi: 10.1177/1477370806059082.

- Best, D. K., & Williams, J. (2007). Sex, gender, and culture. In J. Berry, M. H. Segall, C. Kagitçobasi (Ed.). *Handbook of cross-cultural psychology: social behavior applications*. Boston: *Allyn and Bacon*, (3), 163-212.
- Brenda, B.B. (2005). The of Self-Control in relation to form delinquency. *Youth Society*, 36, 418-444. doi: 10.1177/0044118X0426807.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência* (M.R. Bóleu, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Obra original publicada em 2003).
- Carroll, A., Durkin, K., Houghton, S., & Hattie, J. (1996). An adaptation of Mak's self-reported delinquency scale for western Australian adolescents. *Australian Journal of Psychology*, 48 (1), 1-7.
- Carroll, A., Hemingway, F., Bower., J. Ashman, A., Houghton, S., & Durkin, K. (2006). Impulsivity in juvenile delinquency: Differences among early-onset, late-onset, and non-offenders. *Journal of Youth and Adolescence*, 35 (4), 519-529.
- Carroll, A., Houghton, S., Durkin, K., & Hattie, J. A. (2009). *Adolescent Reputations and Risk: Development Trajectories to Delinquency*. New York Springer.
- Carrilho, L. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados* (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Carvalho, M. (2007) *Vinculação, temperamento e processamento de informação: Implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência* (Tese de mestrado). Universidade do Minho Instituto de Educação e Psicologia, Minho.
- Carvalho, J., & Nobre, P. (2012). Dynamic Factors of Sexual Aggression: The Role of Affect and Impulsiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 40 (4), 376–387. doi:10.1177/0093854812451682.
- Chahin, N. Cosi, S., Lorenzo-Seva, U., & Vigil-Colet, A. (2010). Stability of the factor structure of Barratt's Impulsivity Scales for children across cultures: A comparison of Spain and Colombia. *Psicothema*, 22 (4), 983-989.
- Cernkovich. A.S., Lanctôt. N., & Giordano. P.C. (2008). Predicting adolescent and adult antisocial behavior among adjudicated delinquent females. *Crime & Delinquency*; 54; 3-33. doi: 10/1177/0011128706294395.

- Chapple, C. L. & Johnson, K.A. (2007). Gender differences in impulsivity. *Youth Violence and Juvenile Justice*; 5 (3); 221-234.
doi:10.1177/1541204007301286.
- Cruz, A. (2000). Violência e suporte familiar, auto-conceito e delinquência na adolescência (monografia). Universidade Fernando Pessoa.
- Daniels. M. H., Kissinger. D. B., & Lee. S. M. (2006). Parental influences on adolescent adjustment: Parenting Styles Versus Parenting Practices. *The Family Journal*, 14, 253-258. doi: 10.1177/1066480706287654.
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496.
- Dias, J & Andrade, M. (1997). *Criminologia. O homem Delinquente e a sociedade Criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Dickman, S. J. (1990). Functional and dysfunctional impulsivity: Personality and cognitive correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (1), 95-102. doi: 10.1037/0022-3514.58.1.95.
- Douglas, V. (1972). Stop, look, and listen: "The problem of sustained attention and impulse control in hyperactive and normal children. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 4, 259-282.
- Ducharne, M.A., Cruz, O., Marinho, S., & Grande, C. (2006). Questionário de estilos educativos e parentais (QEEP) *Psicologia e educação* Vol. V, nº1 (pp.63-75). Retirado de
http://sigarra.up.pt/fpceup/publs_pesquisa.FormView?P_ID=55662
- Eysenck, S., & Eysenck, H. (1977). The place of impulsiveness in a social system of personality description. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 2, 46-55.
- Farrington, D. P. (2002). Developmental criminology and risk-focused prevention. In M. Maguire, R. Morgan and R. Reiner (Eds.) *The Oxford Handbook of Criminology* (3ed.) (pp. 657-701). Oxford: Clarendon.
- Farrington, D. P. (2005). Childhood Origins of Antisocial Behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12, 170-190. doi: 10.1002/cpp.448
- Farrington, D. P. (2007). Origins of Violent Behavior over the Life Span. In D. J. Flannery, A. T. Vazsonyi & I. D. Waldman (Eds.), *The Cambridge*: Cambridge University Press.

- Ferreira, P. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Psicológica*, 143 (XXXII), 913-924. Retirado <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793968M7uDQ9ah6Bb71JL6.pdf>
- Frick, P. (2004). Developmental pathways to conduct disorder: Implications for serving youth who show severe aggressive and antisocial behavior. *Psychology in the Schools*, 41 (8), 823-834.
- Frick, P.J. & Dantagnan, A.L. (2005). Predicting the stability of conduct problems in children with and without callous-unemotional traits. *Journal of Child and Family Studies*, 14 (4), 469-485.
- Fonseca, A.C. & Simões, M.C. (2004). Comportamento antissocial: técnicas e instrumentos de avaliação. In A.C. Fonseca (Ed.). Comportamento antissocial e crime, (pp.39-72). Coimbra: Almedina.
- Fossati, A., Barratt, E., & Acquarini, E. (2002). Psychometric properties of an adolescent version of the Barratt Impulsiveness Scale – 11 for a sample of Italian high school students. *Perceptual and Motor Skills*, 95, 621-635.
- Formiga, N. S. (2003). Adaptação e validação da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas ao Contexto Brasileiro. *Revista Psico* 34 (2), 367-388.
- Formiga, N. S., & Gouveia, V. V., (2003). Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Revista Psico*, 34 (2), 367-388.
- Formiga; Aguiar, M. & Omar, A., (2008). Busca de Sensação e Condutas Anti-Sociais e Delitivas em Jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*. 668-681.
- Geest, V, V., Blokland, A. & Bijleveld. (2009). *Journal of research in crime and delinquency*, 42, 111-143.doi: 10.1177/0022427808331115.
- Gomes, V. (2005). Delinquência juvenil policia e justiça. In Barroso, J., Coias, J., Costa, R.B., & Silva, D. Os jovens e a justiça (pp. 57-74). Lisboa: Apport.
- Gottfredson, D. C. (2001) *Schools and Delinquency*. New York: Cambridge University Press.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Grusec, J. E. & Lytton, H. (1988). *Social development: History, theory and research*. New York: Springer-Verlang.
- Hart, S., & Dempster, R. (1997). Impulsivity and psychopathy. In C. Webster & M.

Jackson (Eds.), *Impulsivity: Theory, assessment and treatment* (pp. 212-232).

New York: The Guilford Press.

Hill, J. (2002). Biological, psychological and social processes in the conduct disorders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43 (1), 133-164.

Hirschi, T. (1969). Causes of delinquency. Berkeley: University of California Press.

Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1994). The generality of desviance. New Brunswick: Transaction Publishers.

Hoeve, M., Smeenk, W., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., Van der Laan, P. H., Gerris, J. R. M., & Dubas, J. S. (2007). Long-Term Effects of Parenting and Family Characteristics on Delinquency of Male Young Adults. *European Journal of Criminology*, 4 (2), 161–194. doi:10.1177/1477370807074854.

Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30, 26-28.

Ingram, J., Patchin, J., Huebner, B., McCluskey, J., & Bynum, T. (2007). Parents, friends, and serious delinquency: An examination of direct and indirect effects among at-risk early adolescents. *Criminal Justice Review*, 32 (4), 380-400. doi: 10.1177/0734016807311436.

Jones, S., & Lynam, D. R. (2008). In the Eye of the Impulsive Beholder: The Interaction Between Impulsivity and Perceived Informal Social Control on Offending. *Criminal Justice and Behavior*, 36 (3), 307–321. doi:10.1177/0093854808328653.

Kagan, J. (1984). *The Nature of the Child*. New York: Basic Books.

Kazdin, A., & Buela-Casal, G. (2001). Conduta anti-social. Avaliação, tratamento e prevenção na Infância e na Adolescência. Lisboa: McGraw-Hill.

Kemp, R., Scholte, R., Overbeek, G., & Engels, R. (2006). Early adolescent delinquency: The role of parents and best friends. *Criminal Justice and Behavior*, 33 (4), 488-510. Doi: 10.1177/0093854806286208

Komarovskaya, I., Loper, B., & Warren, J. (2007). The Role of Impulsivity in Antisocial and Violent Behavior and Personality Disorders Among Incarcerated Women. *Criminal Justice and Behavior*, 34 (11), 1499–1515. doi:10.1177/0093854807306354.

- Kotler, J.S. & McMahon, R.J. (2005). Child psychopathy: Theories, measurement, and relations with the development and persistence of conduct problems. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 8 (4), 291-325.
- Krohn, M. D., Schmidt, N.M., Lizotte, A. L., & Baldwin, J. M. (2011). The impact of multiple marginality on gang membership and delinquent behavior for Hispanic, African, American and White Male Adolescents. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 27, 18-42. doi: 10.1177/1043986211402183.
- Lahey, B. B., & Waldman, I. D. (2003). A developmental propensity model of the origins of conduct problems during childhood and adolescence. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of conduct disorder and serious delinquency*. pp. 76–117. New York: Guilford Press.
- Lanctôt, N, & LeBlanc, M. (2002). Explaining deviance by adolescent females. *Crime and Justice: A Review of Research* 29, 113–202.
- Larson, R. W., & Richards, M. H. (1994). Family emotions: Do young adolescents and their parents experience the same states? *Journal of Research on Adolescence*, 4 (4), 567-583.
- Leech, S. L., Day, N. L., Richardson, G. A., & Goldschmidt, L. (2003). Predictors of Self-Reported delinquent behavior in a sample of young adolescents. *Journal of Early Adolescence*; 2 (1), 78-106. doi: 10.1177/0272431602239131.
- Le Blanc. M. & Janosz. M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento antissocial e família*, (pp.37-79). Coimbra: Almedina.
- Loeber, R. (1990). Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency. *Clinical psychology review*, 10, 1-41.
- Loeber, R., & Farrington, D. (2001). The significance of child delinquency. In R. Loeber & D. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention and service needs* (pp. 1-24). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Lynam, D. R., & Miller, J. D. (2004). Personality pathways to impulsive behavior and their relations to deviance: Results from three samples. *Journal of Quantitative Criminology*, 20 (4), 319-341.
- Luengo, M., Carrillo-de-la-Peña, M., Otero, J., & Romero, E. (1994). A short-term longitudinal study of impulsivity and anti-social behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66 (3), 542-548.

- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E.M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* 4, 1-101. New York: Wiley.
- Machado, T. S. (2004). Vinculação e comportamentos antissociais. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento antissocial e crime*, (pp.291-321). Coimbra: Almedina.
- Martinho, L. (2010). O Papel da Educação Parental no Comportamento Anti-Social dos Adolescentes. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- McCord, J. (2002). Forjar criminosos na família. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento antissocial e família*, (pp.291-321). Coimbra: Almedina.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescent-limited and life-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100 (4), 674-701.
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2002). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited pathways, among males and females. *Development and Psychopathology*, 13 (2), 355-375.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). Sex Differences in Antisocial Behavior: Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in the Dunedin Longitudinal Study. Cambridge: Cambridge University Press.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa, Edital de Notícias.
- Oas, P. (1985). Impulsivity and delinquent behavior among incarcerated adolescents. *Journal of Clinical Psychology*, 41 (3), 422-424.
- Pacheco, J. (2004). A construção do comportamento antissocial em adolescentes autores de atos infracionais: uma análise a partir das práticas educacionais e dos estilos parentais (tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Pacheco, J. T., Silveira, L. M., & Schneider, A. M. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspetiva dos adolescentes. *Revista Psicologia*, 39 (1), 66-73.
- Patterson, G. R. (1982). Coercive family. Oregon, Castalia, Eugene.
- Patton, J. H., Stanford, M. S., & Barratt, E. S. (1995). Factor structure of the Barratt Impulsiveness Scale. *Journal of Clinical Psychology*, 51 (6), 768-774.
- Pettit, G., Laird, R., Dodge, K., Bates, J. & Criss, M. (2001). Antecedents and

- behavior problem outcomes of parental monitoring and psychological control in early adolescence. *Child Development*, 72, 583-598.
- Pietromonaco, P. R., & Barrett, L. F. (2000). Attachment theory as an organizing framework across diverse areas of psychology. *Review of General Psychology*, 4, 107-110.
- Regoli, R. M., Hewitt, J. D., & Delisi, M. (2010). Delinquency and society (8th ed.). Sudbury, MA: Jones and Bartlett.
- Robins, L. N., & Price, R. K. (1991). Adult disorders predicted by childhood conduct problems: Results from the NIMH Epidemiologic Catchment Area project. *Psychiatry: Journal for the Study of Interpersonal Processes*, 54 (2), 116–132.
- Rodrigues, A., & Rodrigues, R. N. (2009). Gangs Juvenis: Realidade ou ficção? Um olhar sobre a delinquência juvenil no concelho de Sintra. *Ousar integrar*, 4 (2), 89-95. ISSN 16470109.
- Rutter, M., Giller, H., & Hagell, A. (1998). Antisocial Behavior by Young People. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schulenberg, J. (2006). Police culture and young offenders: The effect of legislative change on definitions of crime and delinquency. *Police Quarterly*, 9 (4), 423-347. doi: 10.1177/1098611105276543.
- Simões, M. (2007). Comportamentos de risco na adolescência. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E., & Collins, W. A. (2005). *The Development of the Person: The Minnesota Study of Risk and Adaptation from Birth to Adulthood*. New York: Guilford Publications.
- Thornberry, T. P., Marvin D. K., Alan J. L., & Chard-Wierschem, D. (1993). The Role of Juvenile Gangs in Facilitating Delinquent Behavior. *Journal of Research in Crime and Delinquency* 30, 55-87.
- Thornberry, T. P., Krohn, M. D., Lizotte, A. J., Smith, C. A., & Tobin, K. (2002). Gangs and Delinquency in Developmental Perspective. *European Journal of Criminology* 2, 5-37. doi:10.1017/CBO9780511499517.
- Vincent, G., Vitacco, M., Grisso, T., & Corrado, R. (2003). Subtypes of adolescent offenders: Affective traits and anti-social behavior patterns. *Behavioral Sciences and the Law*, 21, 695-712.

- Waddell, C., Lipman, E., & Offord, D. (1999). Conduct disorder: practice parameters for assessment, treatment, and prevention. *Journal of Psychiatry* 44 (2), 35-39.
- Walker-Barnes, C. J. & Mason, C. A. (2001). Ethnic differences in the effect of parenting upon gang involvement and gang delinquency: A longitudinal, HLM perspective. *Child Development*, 72, 1814-1831.
- White, J., Moffitt, T., Caspi, A., Bartusch, D., Needles, D., & Stouthamer-Loeber, M. (1994). Measuring impulsivity and examining its relationships to delinquency. *Journal of Abnormal Psychology*, 103 (2), 192-205.
- Whiteside, S. P., & Lynam, D. R. (2001). The Five Factor Model and impulsivity: using a structural model of personality to understand impulsivity. *Personality and Individual Differences*, 30 (4), 669–689. doi:10.1016/S0191-8869(00)00064-7.
- Wright, R., John, L., Livingston, M. A., Shepherd, N. & Duku, E. (2007). Effects of School-based interventions on secondary school students with and low risks for antisocial behavior. *Canadian Journal of School Psychology*, 22, (1), 32-49. doi: 10.1177/0829573507301249.
- Zuckerman, M. & Kuhlman, D.M. (2000). Personality and risk-taking: Common biosocial factors. *Journal of Personality*, 68 (6), 999-1029.

Anexo A – Tabelas

Tabela 8.

Anova para análise de diferenças entre os comportamentos e a tipologia da família

Tipos de comportamentos	Estrutura Familiar	N	M	DP	F	p
CA	Ambos os Pais	104	26.94	23.219	.601	.550
	Família Monoparental	65	23.18	19.923		
	Outros familiares	9	28.22	36.372		
CD	Ambos os Pais	104	9.55	12.402	2.051	.132
	Família Monoparental	65	7.94	8,509		
	Outros familiares	9	16.78	28.297		

Tabela 9.

Teste T para a avaliação das diferenças entre as faixas etárias e o tipo de comportamentos

Tipos de comportamentos	13 e 14 anos		15 aos 17 anos				
/Faixa etária	M	DP	M	DP	t	df	p
CA	24.77	24.126	26,90	20.840	-.627	166,058	.531
CD	9.19	11.294	9.53	14.098	-.170	129,726	.865

Tabela 10.

Teste T para a avaliação das diferenças entre sexos e tipos de impulsividade

Tipo de Impulsividade	Sexo Masculino		Sexo Feminino		t	df	p
	M	DP	M	DP			
IM	.046	.970	-.044	1.032	.596	175.993	.552
INP	-.055	1.036	.053	.967	-.715	173.453	.475
IC	.1202	1.123	-.1150	.857	1.575	176	.117

Tabela 11.

Teste T para a avaliação das diferenças entre sexos e a RP.

PEP	Sexo Masculino		Sexo Feminino		t	df	p
	M	DP	M	DP			
RP	27.736	4.349	27.599	4.407	.208	176	.835

Tabela 12.

Teste T para a avaliação das diferenças entre sexos e a SP.

PEP	Sexo Masculino		Sexo Feminino		t	df	p
	M	DP	M	DP			
SP	30.035	5.985	30.484	6.504	-.480	175.749	.632

Anexo B – Protocolo de investigação



Código | IMP:EM.PE.17_01

Monte de Caparica, 7 de Fevereiro de 2013

Exmo.(a) Sr.(a),

No âmbito do Mestrado em Psicologia Forense e Criminal na Unidade Curricular de Seminário de Dissertação do Instituto Superior de Ciências de Saúde Egas Moniz, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Soeiro, solicita-se autorização para a participação no estudo: Educação e comportamentos em adolescentes uma amostra em contexto escolar, que tem como objetivo: observar a influência da Educação e dos comportamentos dos adolescentes, nomeadamente numa amostra em contexto escolar.

A participação neste estudo é voluntária e não lhe trará qualquer prejuízo.

A informação recolhida destina-se unicamente para fins de investigação. A sua recolha é anónima e confidencial.

(Riscar o que não interessa)

ACEITO/NÃO ACEITO participar neste estudo, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas.

(Assinatura do participante ou, no caso de menores, do pai/mãe ou tutor legal)

(Assinatura da orientadora)

(Assinatura da investigadora)

Para obtenção de mais informação contactar a investigadora: estudo.adolescentes@gmail.com ou a orientadora c.soeiro@netcabo.pt

Objetivos do Estudo

O presente estudo tem como objetivo estudar a temática “Educação e Comportamentos dos Adolescentes” e integra-se no âmbito da tese de mestrado, realizada por uma aluna do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

Por favor, pedimos-te que leias atentamente cada uma das questões apresentadas e indiques a resposta que melhor expressa o teu ponto de vista.

Neste questionário não existem respostas "correctas" ou "incorrectas", estamos apenas interessados em saber o que pensas, sendo que todas as informações recolhidas são confidenciais e utilizadas apenas para fins de investigação.

Agradecemos, desde já, a tua colaboração e salientamos que é muito importante que respondas a todos os itens do questionário.

Parte I

Identificação do Jovem

Idade: _____ Sexo: F ____ M ____

Qual a tua escolaridade?

3º Ciclo do Ensino Básico (7º ao 9º ano de escolaridade)	
Ensino Secundário (10º ao 12º ano de escolaridade)	
Ensino Tecnológico/Profissional	
Outro, qual?	

Qual a tua Nacionalidade?

Portuguesa	
Espanhola	
Francesa	
Inglesa	
Angolana	
Ucraniana	
Cabo-verdiana	
Brasileira	
Outra, qual?	

Nº de reprovações: _____

Nº de ocorrências escolares: _____

Nº de expulsões da sala de aula: _____

Com quem resides?

Pais	
Pai	
Mãe	
Avós	
Outros, quem?	

Qual o teu lugar na fratria?

1º	
2º	
3º	
4º	
5º a 8º	

Parte II

QEEP – Questionário de Estilos Educativos Parentais (Lamborn, Mounts, Steinberg&Dornbusch, 1991)

(Adaptado por Barbosa-Ducharne, Cruz, Marinho & Grande, 2006)

Para cada uma das afirmações que se seguem, assinala com uma cruz a coluna que melhor traduz o que se passa contigo.

	Discordo totalmente	Não concordo	Concordo	Concordo em absoluto
1a.Posso contar com o meu pai para me ajudar se eu tiver algum problema				
2a.O meu pai incita-me a dar o meu melhor em qualquer coisa que eu faça				
3a.O meu pai incita-me a pensar pela minha cabeça				
4a.O meu pai ajuda-me nos meus trabalhos escolares se houver alguma coisa que eu não compreenda				
5a.Quando o meu pai pretende que eu faça alguma coisa, explica-me porquê				
1b.Posso contar com a minha mãe para me ajudar se eu tiver algum problema				
2b. A minha mãe incita-me a dar o meu melhor em qualquer coisa que eu faça				
3b. A minha mãe incita-me a pensar pela minha cabeça				
4b. A minha mãe ajuda-me nos meus trabalhos escolares				

se houver alguma coisa que eu não compreenda				
5b. Quando a minha mãe pretende que eu faça alguma coisa, explica-me porquê.				

Às questões que se seguem debes responder, assinalando a coluna correspondente à frequência com que ocorre.

	Nunca	Às vezes	Frequentemente	Sempre
6. Quando tens uma má nota na escola com que frequência os teus pais te encorajam a insistir para melhorar?				
7. Quando tens uma boa nota na escola com que frequência os teus pais te elogiam?				

Com que frequência é que estas coisas acontecem na tua família?

	Quase todos os dias	Algumas vezes por semana	Algumas vezes por mês	Quase nunca
8. Os meus pais passam algum tempo só a conversar comigo				
9. A minha família faz qualquer coisa divertida em conjunto				

Até que ponto os teus pais TENTAM saber:

Responde assinalando a coluna que melhor se aplica a ti:

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
10. Quem são os teus amigos				
11. Onde vais quando saís à noite				
12. O que fazes nos teus tempos livres				
13. Onde estás de tarde quando saís da escola				
14. Como gastas o teu dinheiro				

Até que ponto os teus pais REALMENTE sabem:

Responde assinalando a coluna que melhor se aplica a ti:

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
15. Quem são os teus amigos				
16. Onde vais quando saís à noite				
17. O que fazes nos teus tempos livres				
18. Onde estás de tarde quando saís da escola				
19. Como gastas o teu dinheiro				

Parte III

Escola de Condutas Anti-Sociais (Formiga, 2002)

(Tradução efectuada por Sousa & Soeiro, 2009)

Aqui são enunciados alguns comportamentos que as pessoas podem apresentar no teu dia-a-dia. Por favor, indica com que frequência os fazes. Na escala de resposta abaixo indicada, aponta ao lado de cada comportamento o número que melhor expressa a intensidade do teu comportamento.

Nunca	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sempre
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--------

1. Ter brincadeiras inadequadas com as outras pessoas, como empurrá-las para o chão ou retirar-lhes a cadeira quando se vão sentar.
2. Sair sem autorização (de casa, da escola ou de outras atividades).
3. Levar às escondidas a bicicleta, carro ou motorizada de um desconhecido para dar um passeio, com o único objectivo de se divertir.
4. Comer em locais proibidos (escola, cinema, etc.).
5. Perturbar ou assobiar numa reunião da escola, lugar público ou na sala de aula.
6. Roubar roupas de um estendal ou objetos que se encontrem nos bolsos de uma roupa deixada por alguém num determinado sítio.
7. Obter dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.
8. Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.
9. Responder desadequadamente a um superior ou autoridade (por exemplo na escola ou na rua).
10. Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins.
11. Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer distúrbios em lugares públicos.
12. Chegar mais tarde do que o permitido de propósito (em casa, compromisso, etc.).
13. Gastar frequentemente no jogo mais dinheiro do que pode.

14. Andar armado (faca ou canivete) considerando que poderá ser necessário utilizá-lo numa discussão.
15. Dizer palavrões ou expressões impróprias/desadequadas/ofensivas.
16. Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, etc., quando estes se encontram abertos.
17. Roubar objectos de automóveis.
18. Entrar em locais proibidos (jardim privado, casa vazia, etc.).
19. Entrar num estabelecimento (ex: loja) que esteja fechado, roubando algo ou não.
20. Resistir ou brigar para fugir à polícia.
21. Atirar lixo para o chão (quando existe um caixote do lixo próximo).
22. Entrar num apartamento ou residência e roubar algo (sem ter planeado anteriormente).
23. Planear entrar numa residência ou apartamento com o objectivo de roubar coisas de valor.
24. Apanhar frutas num jardim ou pomar alheios.
25. Levar às escondidas a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.
26. Partir ou atirar para o chão as coisas dos outros.
27. Roubar coisas ou dinheiro de máquinas de refrigerantes, telefones públicos, etc.
28. Chegar tarde à escola ou reunião.
29. Recusar-se a fazer as tarefas solicitadas (na escola, em atividades ou em casa).
30. Brigar com os outros (com agressões, insultos ou palavras ofensivas).
31. Roubar coisas de um lugar público (ex: escola) de valor superior a 5 euros.
32. Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão a trabalhar.
33. Utilizar drogas.
34. Enganar (nos exames, competições importantes, resultado dos exames, etc.).
35. Sujar as ruas ou calçadas, partindo garrafas ou entornando caixotes do lixo.
36. Entrar em estabelecimentos proibidos ou comprar bebidas proibidas.

37. Tocar a campainha na casa de alguém e fugir de imediato.
38. Pintar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.).
39. Forçar a entrada num armazém, garagem, depósito ou mercearia.
40. Pertencer a um grupo que cria confusões, desordens e que se envolve em brigas.

Parte IV

(BIS-11-C; Cosi, Canals & Vigil-Colet, 2008)

(Tradução efetuada por Neves & Soeiro, 2013)

As pessoas diferem na forma como agem ou pensam em diferentes situações. De seguida encontram-se algumas afirmações acerca da forma como podes agir e pensar. Lê cada frase e coloca um X no número apropriado. Não percas muito tempo na resposta a cada frase. Responde de forma rápida e sincera.

	Nunca/ Raramente	Ocasionalmente	Com frequência	Quase sempre/ sempre
1. Organizo as minhas tarefas cuidadosamente				
2. Faço coisas sem pensar				
3. Tomo decisões rapidamente				
4. Quando os meus amigos me perguntam alguma coisa, respondo rapidamente				
5. Custa-me estar atento				
6. Penso rapidamente				
7. Organizo o meu tempo livre				
8. Perco a cabeça facilmente				
9. Concentro-me rapidamente				
10. Poupo tudo o que consigo				
11. Gosto de pensar bem sobre as coisas				
12. Faço planos para o futuro				
13. Digo as coisas sem pensar				

14. Quando o professor faz uma pergunta na sala de aula sou dos primeiros a levantar a mão				
15. Mudo de ideias com facilidade				
16. Atuo impulsivamente sem pensar				
17. Distraiu-me com facilidade quando tenho um problema complicado				
18. Deixo-me levar pelos meus impulsos				
19. Gosto de pensar nas coisas				
20. Mudo frequentemente de amigos				
21. Compro coisas sem pensar				
22. Resolvo os problemas um por um				
23. Gasto mais do que posso				
24. Quando estou a pensar em algo distraiu-me facilmente				
25. Estou inquieto quando estou na sala de aula ou no cinema				
26. Organizo as minhas atividades				

Obrigada pela tua colaboração ☺

Anexo C – Solicitação de instrumento aos autores originais

de: **Andreia Neves** <andreia.neves88@gmail.com>
para: abarbosa@fpce.up.pt
data: 7 de Fevereiro de 2013 às 12:14
assunto: Pedido de Autorização QEEP

Bom dia sou aluna de Mestrado em Psicologia Forense e Criminal no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, sou orientanda da Prof.^a Doutora Cristina Soeiro.

Estou neste momento a estruturar a minha dissertação e tenho como tema “impulsividade e perceção dos estilos educativos parentais nos comportamentos antissociais e delinquentes em adolescentes: uma amostra em contexto escolar”

Desta forma, gostaria de poder utilizar o QEEP (Questionário de Estilos Educativos Parentais). Gostaria saber se existe algum tipo de requisito/procedimento específico para poder usufruir do mesmo apenas para fins de investigação.

Se não houver nenhum entrave, pedia-lhe que me enviasse o instrumento e o artigo que redigiu acerca do mesmo.

Muito Obrigada pela atenção
Andreia Neves

Resposta:

Cara Andreia,

Junto envio os materiais que solicita relativamente ao QEEP.

Caso pretenda usar o QEEP, peço-lhe que no final do estudo nos envie a base de dados (SPSS) que lhe envio igualmente em anexo, preenchida com os dados da sua investigação, para integração no estudo do mesmo instrumento.

Resumindo: encontra em anexo, o QEEP, dois artigos escritos e publicados de estudo do instrumento e uma base de dados em SPSS para completar e nos facultar os dados recolhidos com o QEEP no âmbito do seu estudo.

Desejo-lhe continuação de bom trabalho e fico disponível se precisar de alguma informação adicional.

Maria Acciaiuoli Barbosa Ducharne

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto
Portugal

de: **Andreia Neves** <andreia.neves88@gmail.com>
para: andreu.vigil@urv.cat
data: 13 de Janeiro de 2013 às 21:18
assunto: BIS-11c

Buenas noches,

Soy un estudiante de la Maestría en Psicología Criminal y Forense en el Instituto de Ciencias de la Salud Egas Moniz, soy orientada pela Professora Doutora. Cristina Soeiro.

Actualmente estoy estructurando mi tesis y tengo el tema "la impulsividad y la percepción de los estilos educativos de los padres en la conducta delictiva y antisocial en adolescentes: una muestra de las escuelas".

Por lo tanto, me gustaría ser capaz de utilizar el BIS-11-C (Escala de Impulsividad de Barratt para los niños). Me gustaría saber si hay algún tipo de condición / procedimiento específico para poder utilizar el mismo sólo para fines de investigación.

Si no hay ningún obstáculo, le pedí que me envíe el instrumento y el artículo se escribió sobre el mismo.

Muchas gracias por su atención

Apreciada Andreia,

Te adjunto el test y los dos artículos que hemos publicado del mismo. Como veras te mando una versión distinta de la original pues la versión del año 2008 presentaba algunos problemas en la escala de impulsividad cognitiva y aña dimos algún item a dicha escala eliminando otros, dicha versiones la que se expone en el artículo del 2010.

Suerte,

Andreu